

O E S S E N C I A L S O B R E

Os Portugueses no Sistema Concentraci3n3rio do III Reich

Fernando Rosas (coordena33o),
Ansgar Schaefer, Ant3nio Carvalho,
Cl3udia Ninhos e Cristina Cl3maco

ARBEIT

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUI33O GRATUITA - TODA PERMISS3O COMERCIALIZA33O

O ESSENCIAL SOBRE

Os Portugueses no Sistema Concentraci nario do III Reich

O E S S E N C I A L S O B R E

Os Portugueses no Sistema Concentraci^on^orio do III Reich

Fernando Rosas (coordena^o)

Ansgar Schaefer

Ant^onio Carvalho

Cl^oudia Ninhos

Cristina Cl^omaco

Índice

- 9 **1** **Introdução**
- 17 **2** **Trabalho forçado e economia de guerra no III Reich**
- 20 **2.1** Os trabalhadores voluntários
- 22 **2.2** Os trabalhadores forçados
- 26 **2.3** O trabalho escravo
- 30 **2.4** Os prisioneiros de guerra nos *Stalag*
- 33 **2.5** A viragem de 1942 na economia de guerra alemã
- 36 **2.6** Os trabalhadores forçados portugueses
- 43 **3** **Os portugueses no sistema concentracionário**
- 43 **3.1** Portugueses nas prisões do Reich
- 52 **3.2** KL MAUTHAUSEN (Linz, Áustria)
- 57 **3.2.1** Três portugueses na primeira deportação de civis de França para Mauthausen
- 66 **3.3** KL DACHAU (Munique, Alemanha)
- 68 **3.3.1** Dez portugueses no «Comboio Fantasma»
- 81 **3.4** KL BUCHENWALD (Weimar, Alemanha)
- 92 **3.5** KL SACHSENHAUSEN (Berlim, Alemanha)
- 97 **3.6** KL RAVENSBRÜCK (norte de Berlim, Alemanha)
- 101 **3.7** KL AUSCHWITZ (Polónia)
- 111 **4** **Nota Final**

113 **Fontes**

113 **Bibliografia**

117 **Breve nota biográfica dos autores**

1

Introdução

Pode dizer-se que o projeto que dá o título a este livro da coleção «Essencial», da Imprensa Nacional, inaugurou, a partir de 2013-2014, a investigação académica em Portugal sobre os portugueses atraídos ou arrastados para os diversos sistemas de exploração de mão de obra a que o III Reich recorreu no contexto da economia de guerra do segundo conflito mundial do século xx.

Usamos, assim, neste trabalho, um conceito alargado de «sistema concentracionário» para além dos KL (*Konzentrationslager* — campo de concentração) da SS (Schutzstaffel, Secção de Segurança), o que nos permite abordar, num quadro conjunto, as várias modalidades de utilização massiva e coerciva da força de trabalho estrangeira pela Alemanha nazi, com vista a substituir os trabalhadores alemães mobilizados para as várias frentes de guerra. Concretamente: os trabalhadores voluntários progressivamente reduzidos ao trabalho forçado pelas políticas coercivas de mobilização obrigatória da mão de obra nos países ocupados a partir de 1942;

o trabalho escravo para o esforço de guerra a que são sujeitos os internados nos campos de concentração SS ou em outros campos de presos; os *Stalag* (os campos dos prisioneiros de guerra), onde os soldados (não os oficiais) dos exércitos do ocidente eram obrigados a essas tarefas, e os prisioneiros de guerra soviéticos e polacos, em campos de regime similar aos campos de concentração, eram indistintamente escravizados em prol da economia de guerra alemã.

Como a seguir se verá, por quase todas estas modalidades, a investigação em curso permitiu encontrar cidadãos e cidadãs portugueses de alguma forma arrastados, pelo vórtice da guerra e terror nazi, para o sistema concentracionário. Adiante veremos como e apresentaremos vários casos concretos. Muitos não resistiram às violências brutais a que foram sujeitos, à fome, à doença, aos castigos, à brutalidade, às execuções sumárias, aos bombardeamentos, e por lá ficaram. Alguns sobreviveram, mas o regime ditatorial português, que essencialmente os abandonou à sua sorte, tudo fez para silenciar o testemunho que poderiam dar (e que alguns conseguiram fazer) da sua terrível experiência. A uns e a outros pretende este livro prestar homenagem.

Aliás, em maio de 2017, por proposta do Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH/NOVA, onde se filia o projeto de investigação em curso, o Estado português, através de uma delegação oficial presidida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, associou-se às cerimónias internacionais evocativas da libertação do campo de Mauthausen (Áustria), em cujo «muro de lamentações» se descerrou uma lápide homenageando, pela primeira vez, todos os portugueses que, em

todos os campos de concentração ou similares, foram «vítimas da barbárie nazi». A partir desse ano, o Estado português (e o IHC, como unidade de investigação ligada à iniciativa) passaram a estar presentes, e o nosso país representado oficialmente nas impressionantes cerimónias anuais de libertação do campo. Em maio de 2019, foi mesmo possível integrar na delegação oficial portuguesa duas turmas de estudantes do ensino secundário do concelho de Loulé (graças ao apoio da Câmara Municipal), inaugurando a participação (previamente preparada) dos nossos jovens estudantes e das



Placa descerrada em 2017 no «Muro das Lamentações» do campo de concentração de Mauthausen, em homenagem a todos os portugueses vítimas da barbárie nazi

autarquias neste ato de simbolismo inesquecível¹. A investigação desenvolvida por esta equipa desde 2013-2014 (tendo sido, de março de 2020 até hoje, muito dificultada pelo encerramento dos arquivos estrangeiros e a suspensão das ligações internacionais devido à pandemia da COVID-19) está, todavia, em curso e tem-se orientado em quatro direções fundamentais:

a) O alargamento e aprofundamento da pesquisa de arquivo e do trabalho de história oral nos principais países de origem e destino da mão de obra portuguesa emigrada e seus familiares, bem como nos campos de concentração, prisões ou *Stalag* para onde foram enviados os presos e presas portugueses, reconstituindo todo o seu percurso desde a captura pelo sistema até à sua morte ou libertação. A primeira fase desse trabalho foi possível ser levada a cabo pelo apoio ao projeto recebido da fundação alemã «Memória, Responsabilidade e Futuro»², e traduziu-se na inauguração da

-
- 1 Em maio de 2020, as cerimónias presenciais em Mauthausen foram canceladas devido à pandemia da COVID-19. No momento da redação deste texto (março de 2021), encontra-se já anunciado para 16 de maio o regresso das cerimónias no campo.
 - 2 A fundação alemã *Erinnerung, Verantwortung und Zukunft* (EVZ) – «Memória, Responsabilidade e Futuro» – financiou, de 2015 a 2018, o projeto «Portugiesische Zwangsarbeiter im Dritten Reich» (o trabalho forçado dos portugueses no III Reich), apresentado pela equipa do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/NOVA).

I Exposição sobre os «Trabalhadores Forçados Portugueses no III Reich» no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, em novembro de 2017³. A continuidade da pesquisa foi, entretanto, assegurada por novos apoios do Instituto Diplomático, da EACEA da Comissão Europeia⁴ e da FCT⁵;

b) A simultânea sensibilização das escolas e das autarquias para esta problemática, quer através de palestras realizadas para os alunos nas escolas pela equipa de investigação, em colaboração com os respetivos docentes, quer pela deslocação da exposição e sua adaptação às realidades de cada município. Em 2018, com o apoio da Câmara Municipal de Loulé, foi possível inaugurar naquela cidade a II Exposição sobre o tema, com a particularidade

-
- 3 A equipa do IHC/NOVA, com o apoio da EVZ, das Embaixadas da Alemanha e da Áustria, do Goethe-Institut de Lisboa, da Associação *Cívica* e do Centro Cultural de Belém, em novembro de 2017, inaugurou no espaço do Centro Cultural de Belém a primeira exposição temática sobre «Trabalhadores Forçados Portugueses no III Reich». Simultaneamente, teve lugar no Goethe-Institut de Lisboa uma conferência internacional subordinada ao estudo comparado desta problemática.
 - 4 A *Education, Audiovisual and Culture Executive Agency* (EACEA) da Comissão Europeia decidiu financiar, em 2020, o projeto apresentado pela equipa do IHC e várias outras entidades portuguesas, espanholas e francesas sob a designação «Portuguese and Spanish Forced Labourers under National Socialism: History, Memory and Citizenship».
 - 5 A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) decidiu financiar, em 2021, o projeto «Portuguese Inmates in Nazi Concentration Camps».

de nela já se incluírem — fruto da colaboração com investigadores do concelho — os casos de vários louletanos arrastados para o sistema concentracionário da Alemanha nazi, alguns dos quais morreram nos campos de concentração. No ano seguinte, após cuidadosa preparação e graças ao apoio da Câmara Municipal de Loulé e dos docentes das escolas do concelho, foi possível deslocar às cerimónias de maio, em Mauthausen, duas turmas de estudantes do ensino secundário, integrando a delegação oficial portuguesa. Em 2020, trabalho idêntico começou a ser preparado no concelho da Amadora, mas a pandemia obrigou à sua suspensão. No corrente ano de 2021, inaugurar-se-á, em julho, a III Exposição sobre esta temática em Vila Nova de Famalicão, com o apoio da respetiva Câmara Municipal e das escolas do ensino secundário, também integrando já os casos dos famalicenses vítimas do trabalho forçado e do sistema concentracionário do III Reich. Neste caso, além da exposição principal, organizar-se-á um módulo concentrado da exposição para circular nas escolas;

c) A participação ativa deste projeto do IHC no programa oficial «Projeto Nunca Esquecer — Programa nacional em torno da memória do Holocausto». Essa participação concretiza-se através do projeto «Portugueses no campo de concentração de Mauthausen», apoiado pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e oficialmente integrado por Resolução do Conselho

de Ministros no referido programa⁶. Pretende-se estabelecer, com a colaboração das autoridades judiciais do Estado espanhol, a lista definitiva dos portugueses internados naquele campo, com vista à homenagem pública através da publicação dos seus nomes em *Diário da República*;

d) A cooperação internacionalizada da pesquisa, conjugando-a com a investigação levada a cabo por universidades do Estado espanhol e de França e outras entidades e associações, através do projeto em curso «Portuguese and Spanish Forced Labourers under National Socialism: History, Memory and Citizenship», apoiado pela EACEA da Comissão Europeia. No mesmo sentido funciona o projeto «Portuguese Inmates in Nazi Concentration Camps», apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Por outro lado, espera-se poder retomar, assim que a situação pandémica o permita, a deslocação a Paris com o apoio da Associação *Cívica*⁷,

-
- 6 O Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros decidiu, em 2020, apoiar o projeto da presente equipa do IHC para estabelecer, em versão definitiva (já deslindada das confusões com nomes espanhóis), a lista dos «Portugueses no campo de concentração de Mauthausen», com vista à sua publicação em *Diário da República* como ato público de homenagem. A Resolução n.º 51/2020, de 25 de junho, do Conselho de Ministros, que aprovou o «Projeto Nunca Esquecer — Programa nacional em torno da memória do Holocausto», integra o projeto do IHC no referido programa de iniciativas.
- 7 A Associação *Cívica* agrupa representantes autárquicos portugueses ou de origem portuguesa na administração regional da República francesa. Desde o início deste projeto, a *Cívica*

com destino aos emigrantes portugueses e em articulação com a Universidade de Paris 8.

O trabalho, em curso desde há cerca de oito anos, só foi possível ser continuado e alargado por duas ordens de razões. As primeiras, naturalmente, respeitam aos variados e preciosos apoios que pôde angariar até agora e que foram sendo referidos. A todas as entidades envolvidas das áreas do Estado, das autarquias locais, das escolas, das embaixadas, do Goethe-Institut, do Centro Cultural de Belém, da Associação *Cívica* e, muito particularmente, à Fundação EVZ, à EACEA da Comissão Europeia, ao Instituto Diplomático do MNE e à FCT queremos expressar o nosso reconhecimento. As outras razões têm a ver com o próprio objeto de estudo: a memória, até há poucos anos desconhecida, dos portugueses e portuguesas vítimas do sistema concentracionário da Alemanha nazi, não é só história passada; convoca também, nos preocupantes dias de hoje, o debate cidadão sobre os sentidos do presente e as incertezas do futuro. E fazer essa ponte é igualmente tarefa dos historiadores e investigadores das ciências sociais.

tem-lhe prestado apoio, e iniciou-se a preparação de uma exposição em Paris, articulada com a possibilidade de uma conferência recebida eventualmente pela Universidade de Paris 8. A situação pandémica obrigou à suspensão da iniciativa, que se deseja retomar logo que possível.

2

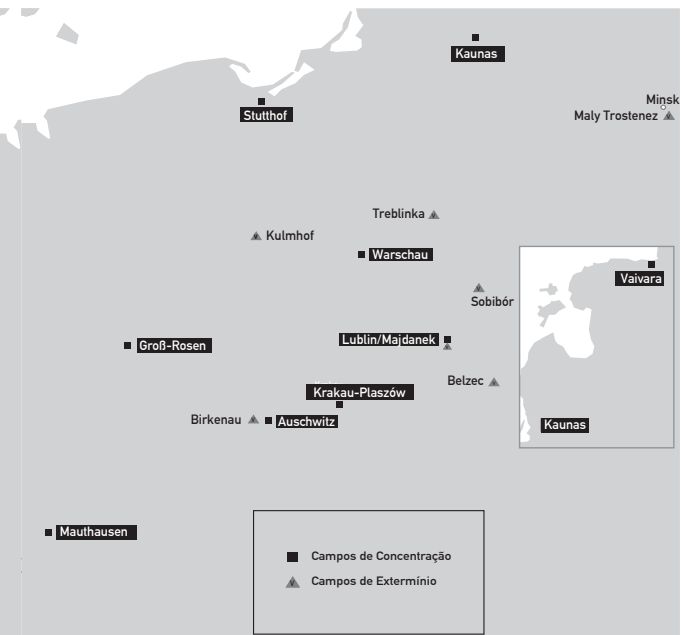
Trabalho forçado e economia de guerra no III Reich

As crescentes necessidades de mão de obra da economia germânica, a partir de 1939, têm a ver com a fulminante expansão da *Blitzkrieg* desencadeada pela Alemanha hitleriana a partir de setembro daquele ano. Sucessivas e massivas incursões relâmpago apoiadas no rápido avanço dos tanques, pela aviação de ataque ao solo e sustentadas pela ofensiva da infantaria. Primeiro na Polónia, em setembro de 1939; poucos meses depois, de abril a junho de 1940, atacando a ocidente, numa cavalgada brutal e imparável, a Dinamarca, a Noruega, seguindo-se os Países Baixos e a França até à costa atlântica e aos Pirenéus. Desde o fim desse ano, começou a preparação e a mobilização para o ataque à União Soviética — tudo até aí fora o assegurar da retaguarda a oeste para a grande ofensiva matricial a leste — desencadeada em junho de 1941 (a Operação Barbarossa). Não antes, todavia, no início de 1941, de uma campanha nos Balcãs para sujeitar a Jugoslávia insurgente e atacar a Grécia, onde as



Mapa com a localização dos principais campos de concentração do III Reich (DISTEL, 2005. Adaptação de Gonçalo Castilho)

tropas de Mussolini colapsavam face à resistência do exército e do povo grego, reforçada pelo envio de tropas britânicas. Deriva balcânica que obrigou o comando alemão a adiar para junho de 1941 a gigantesca ofensiva contra a URSS, o arqui-inimigo judaico-bolchevista. Mas a aventura militar do III Reich abriu ainda uma nova frente fora da Europa, no Norte de África, onde, desde 1941, a tropa alemã acorrera para salvar as tropas italianas do desastre face aos britânicos e entrara em força com o *Afrika Korps* do general Rommel, em 1942.



Com milhões de soldados da *Wehrmacht* e das tropas SS distribuídos pela frente ocidental, na defesa da «muralha do Atlântico» e no controlo e repressão dos países ocupados, pela frente oriental, nos combates contra o Exército Vermelho e o extermínio, e pelo Norte de África, na guerra dos desertos, enfrentando os anglo-americanos e os franceses livres, a Alemanha nazi, até 1942, mobilizara sucessivamente toda a população masculina apta a pegar em armas. Entre 1939 e 1945, a força de trabalho alemã passou de 39 para 29 milhões de pessoas: 10 milhões levadas pela conscrição militar. Para a economia alemã (Mazower, 2013, p. 298), fosse a

economia diretamente ligada ao esforço de guerra (indústrias de armamento, aeronáutica e naval, caminhos de ferro, construção de estradas e edifícios, comunicações, minas, etc.), fosse a economia de subsistência (agricultura, comércio, atividades domésticas, serviços vários), se manter a funcionar até próximo da derrota (fins de 44, início de 45), foi necessário recorrer a milhões de trabalhadores estrangeiros na Alemanha ou nos países ocupados. «Desde o Cabo Norte, na Noruega, até ao deserto do Sara; desde a Bretanha francesa à União Soviética, calcula-se que mais de 20 milhões de pessoas foram compelidas, de alguma forma, a contribuir com a sua mão de obra para o esforço de guerra do III Reich — na Alemanha, nos territórios ocupados ou até mesmo nos seus próprios países» (Schaefer et al., 2017, p. 36 e segs.). O que envolveu o recurso sucessivo a diferentes formas de trabalho forçado, sobretudo de mão de obra estrangeira.

2.1

Os trabalhadores voluntários

Só cerca de 15% desse total começaram por ser trabalhadores voluntários contratados pelas empresas alemãs ou pelas agências estatais de recrutamento. Alguns países (Polónia, Itália, Espanha e Eslováquia) tinham, desde as vésperas ou desde o início da guerra, acordos de trabalho com a Alemanha que previam o fornecimento de contingentes de mão de obra. No início do conflito, igualmente, não foi difícil aos centros e comissões de recrutamento na França ocupada, ferida pela derrota e



Neuengamme

pelo desemprego, seduzir milhares de trabalhadores franceses ou emigrantes com a oferta de salários elevados, férias pagas e outras regalias, quando os bombardeamentos e os horrores da guerra pareciam distantes dos territórios do Grande Reich. Entre 1940 e 1944, estima-se que 250 000 homens e mulheres partiram voluntariamente de França para trabalhar no esforço de guerra alemão. Algumas centenas deles eram emigrantes portugueses (Schaefer et al., 2017, p. 56 e segs.).

O problema é que, a partir de 1942, com a intensificação dos bombardeamentos sobre centros vitais da Alemanha e a viragem pró-Aliada da guerra, os trabalhadores voluntários começam a ser impedidos de abandonar os seus postos e regressar aos países de origem. No caso dos emigrantes portugueses em França, as autoridades alemãs, que lhes tinham fornecido um passaporte e os tinham deixado entrar sem dificuldade, opunham-se agora à sua saída. E desta forma, os trabalhadores voluntários, a partir de certa altura, são transformados em trabalhadores forçados, conhecendo uma drástica degradação das condições de vida e do alojamento,

sujeitos aos bombardeamentos dos locais de trabalho e à interrupção do pagamento dos seus salários. Muitos morrerão sob os escombros das fábricas, outros ensaiarão a fuga de regresso. Convém lembrar que, mesmo sendo voluntários e contratados, os trabalhadores estrangeiros não podiam viver em casa de alemães ou conviver com eles, não podiam frequentar centros de saúde, igrejas, transportes ou piscinas para «arianos» e estavam confinados a camaratas e espaços próprios vigiados, ainda que tivessem liberdade de circulação. Estavam permanentemente sujeitos a prisões, castigos públicos para os «recalcitrantes» e, até, à deportação para campos de concentração em caso de «mandriagem» ou, pior ainda, de «sabotagem». Mas os originários da Europa Ocidental gozavam de regimes de trabalho e alimentação melhores que os *Ostarbeiter* (trabalhadores de leste), sujeitos, mesmo quando contratados, a trabalhos mais duros, muito piores condições de vida e castigos brutais (Wachsmann, 2015, p. 425 e segs.).

2.2

Os trabalhadores forçados

Mas dos mais de 20 milhões de trabalhadores estrangeiros na Alemanha e territórios ocupados, cerca de 75% seriam trabalhadores forçados, isto é, mobilizados à força, contra a sua vontade, e vários milhões eram mão de obra escrava. O recrutamento forçado de trabalhadores estrangeiros surgiu perante a insuficiência da mão de obra contratada pelos agentes recrutadores nos países ocupados,

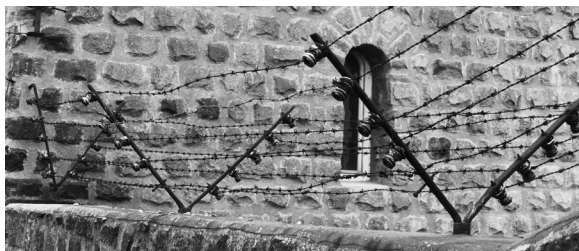
quer a ocidente, quer no Leste, sobretudo quando a preparação da invasão da URSS, primeiro, e depois a própria evolução desfavorável da guerra para a Alemanha exigiram um esforço desesperado das indústrias de armamento e, conseqüentemente, o reforço massivo de mão de obra.

No Leste, a angariação forçada de civis foi mais brutal e precoce. Iniciou-se no verão de 1940, na Polónia, com a imposição de quotas de recrutamento por faixas etárias, secundadas por raids dos serviços de mobilização para capturar civis de surpresa e levá-los para o Reich. Calcula-se que, durante a II Guerra Mundial, 1,6 milhões de civis polacos tenham sido forçados a trabalhar na Alemanha. Em dezembro de 1941, um decreto do ministro alemão para os Territórios de Leste Ocupados, Alfred Rosenberg, obrigava todos os homens até aos 65 anos e as mulheres entre os 15 e os 45, residentes naqueles territórios, a prestarem trabalho na economia do III Reich, substituindo os lugares vagos deixados pelos alemães. E, no verão de 1942, é imposto o serviço obrigatório aos jovens ucranianos reunidos em campos de trânsito e enviados para locais de trabalho no Reich, devendo ostentar no peito a marca azul de trabalhadores de leste. A partir de finais de 1942, como veremos, as brigadas de Fritz Sauckel arrebanharão à força, nas cidades e aldeias da Europa de leste, milhões de trabalhadores forçados, recorrendo a todo o tipo de violências. Mais de 3 milhões de pessoas foram levadas para Alemanha como *Ostarbeiter* (Schaefer et al., 2017, p. 38 e segs.).

A ocidente, a angariação de força de trabalho compelida centrou-se em França, sobretudo a partir de março de 1942, com a nomeação de Fritz Sauckel,

Gauleiter do partido nazi da Turíngia, como «plenipotenciário para a Mobilização do Trabalho» no III Reich. Lugar em que se tornaria sinistramente célebre como o «negreiro da Europa». Pouco depois, em abril, Pierre Laval seria nomeado Presidente do Conselho do regime colaboracionista de Vichy, assumindo-se como principal instrumento das campanhas alemãs de recrutamento forçado na França ocupada e na zona de Vichy. Entre 1942 e 1944, Sauckel ordenará quatro campanhas de mobilização forçada de trabalhadores residentes em França (incluindo estrangeiros): as célebres «ações Sauckel» (Schaefer et al., 2017, pp. 56-59).

As autoridades de colaboração francesas secundaram cada uma destas ações com medidas legislativas e administrativas crescentemente violentas: designadamente a *Relève*, em junho de 1942, sistema de troca de um prisioneiro de guerra francês pelo envio de três operários especializados para a Alemanha. A *Relève*, com base no voluntariado, adquire em setembro de 1942 um carácter obrigatório. A lei de 4 de setembro de 1942 relativa à «utilização e orientação da mão de obra» impôs o recrutamento forçado dos homens de 18 a 50 anos, e das mulheres entre 21 e 35 anos, e abrangia igualmente os imigrantes. Para poupar os franceses, foi frequente as autoridades chamarem emigrantes estrangeiros para a troca forçada; as primeiras requisições de trabalhadores portugueses para o trabalho na Alemanha ocorreram no âmbito desta lei. À *Relève* sucedeu, em fevereiro de 1943, o Serviço de Trabalho Obrigatório (STO), uma espécie de serviço militar obrigatório destinado à mobilização dos franceses e dos estrangeiros residentes em



Mauthausen



Neuengamme — Fábrica de tijolos (interior)

França, por classes etárias, para o trabalho forçado no Reich por um período até dois anos (a recusa e fuga de jovens do STO alimentaria largamente a guerrilha da Resistência). A idade de recrutamento aumentaria em fevereiro de 1944 para responder a novas exigências alemãs: dos 16 aos 60 anos para homens e dos 18 aos 45 anos para mulheres. O único fator temporário do abrandamento desta mobilização deu-se quando o novo ministro do Armamento alemão, Albert Speer, acordou com o ministro de Vichy, Jean Bichelonne, isentar das requisições Sauckel os operários das indústrias francesas que contribuísem com, pelo menos, 75% da sua produção para o esforço de guerra alemão.

Mesmo assim, e ainda que em conflito com Speer, Sauckel não desiste. E para tentar, quase já desesperadamente, executar a sua «4.^a ação», as autoridades francesas, em fevereiro de 1944, criarão dois organismos de apoio ao recrutamento forçado: a Liga para a Defesa da Ordem e da Justiça, com fins de propaganda, e o Comité para a Paz Social, que perseguia policialmente os refratários em colaboração com a Gestapo. A mobilização por parte do governo de Vichy terminou com o desembarque aliado na Normandia, a 6 de junho de 1944, mas as rusgas de surpresa e as ações de represália continuaram por parte das autoridades alemãs e da Gestapo. Entre 1940 e 1944, partiram de França para trabalhar na Alemanha 900 000 pessoas. Cerca de 650 000 foram trabalhadores forçados e 250 000 partiram voluntariamente. Algumas centenas de entre eles, como veremos, eram emigrantes portugueses. Estima-se que 13 milhões de europeus foram deportados ou compelidos a emigrar para o III Reich (Wagner, 2010, p. 180).

2.3

O trabalho escravo

Um importante contingente de mão de obra não voluntária virá dos milhões de internados nos campos de concentração e nas prisões do III Reich. Calcula-se que, na primavera de 1943, 50% dos internados nos campos de concentração da SS (5% da força total de trabalho do III Reich) trabalhavam já diretamente para o esforço de guerra ou para a Direção de Construção da SS (Mazower, 2013, p. 315).

Realidades funcionalmente distintas dos campos de extermínio imediato no leste da Polónia (Treblinka, Sobibor, Belzec), os campos e subcampos de concentração⁸ (cerca de 800 operados pela SS entre 1933 e 1945) recebiam os milhões de homens e mulheres para aí deportados por razões políticas (todo o tipo de resistentes antifascistas e antinazis, fossem alemães ou estrangeiros), raciais (judeus, ciganos), religiosas (testemunhas de Jeová), de discriminação sexual (homossexuais), ou porque tinham sido capturados como reféns, porque eram detentores de armas de caça, porque as autoridades nazis os consideravam delinquentes «associados» e eram transferidos das prisões comuns, ou porque eram trabalhadores estrangeiros punidos com a ida para os campos. Sujeitos a condições de brutalidade inauditas, a execuções sumárias, a todo o tipo de torturas e espancamentos, à fome e à doença, vão morrer mais de 10 milhões de deportados nos campos de concentração e, sobretudo, nos campos de extermínio⁹.

A partir desse ano de viragem de 1942, porém, passam a ser considerados por Himmler, o *Reichsführer-SS*, como «a maior reserva de mão de obra» da economia alemã, ordenando que fosse dada «prioridade absoluta», nos campos de concentração,

8 Auschwitz-Birkenau e Majdanek eram campos mistos de concentração e extermínio.

9 Os judeus considerados «inaptos» para trabalhar eram enviados para as câmaras de gás dos campos mistos. Os outros eram destinados ao «extermínio pelo trabalho». Nos campos de extermínio, eram gaseados todos os que chegavam.

à produção intensiva de armamento e às tarefas de apoio à guerra. Era, tal como o definiam os chefes da SS, um trabalho que «deve ser esgotante», sem limite de tempo, reduzindo ao mínimo qualquer interrupção, na realidade, e, assim o explicitavam, era «o extermínio através do trabalho», através da redução à escravatura de milhões de homens, mulheres e crianças.

Numa primeira fase, Himmler exige que a grande indústria privada instale as suas fábricas nos campos da SS que fornecerão mão de obra escrava a preços módicos: os produtos químicos da *IG Farben* instalam-se em Auschwitz, as espingardas da *Gustloff* em Buchenwald, as pistolas Walter no campo de Neuengamme, os transmissores da *Siemens & Halske* em Ravensbrück, as peças para os jatos da *Messerschmitt* em Flossenbürg (Wachsmann, 2015, p. 412 e segs.).

Nenhum destes projetos teve grande sucesso. A grande indústria não queria ter uma concorrente na SS e inicialmente desconfiava da mão de obra dos campos («subversiva», esgotada e subprodutiva). Em setembro de 1942, Albert Speer, novo ministro do Armamento, consegue alterar as regras de Himmler com a anuência de Hitler: mobilizar os prisioneiros dos campos para as fábricas de armamento do setor privado fora dos campos. E assim se multiplicaram, a partir dos finais desse ano, centenas de campos satélites dos campos principais da SS para colocarem a mão de obra escrava junto das indústrias de armamento. Com a rarefação da mão de obra, os industriais abandonam as suas reservas quanto à utilização dos prisioneiros dos campos e pressionam, através de Speer e da SS, a «caça ao



Neuengamme — Fábrica de tijolos

escravo» pelas brigadas Sauckel ou pela Gestapo. Só nos campos da SS, entre fins de 1942 e de 1944, os presos a trabalhar para a indústria de armamento passam de 25 000 para cerca de 420 000. Reclusos dos campos satélites (Mazower, 2013, p. 314) de Dachau e Sachsenhausen trabalham para a *BMW* e a *Heinkel* respetivamente, de Neuengamme para as baterias de submarinos da AFA, e 60 000 escavam, em Mittelbau, os tuneis onde se fabricam as V2. Outros campos satélites dedicam-se à reparação dos danos de guerra, à remoção de escombros e à reconstrução.

É preciso ter presente que esta situação se alargava a vários outros tipos de campos para além do sistema concentracionário da SS: campos de presos comuns ou campos de prisioneiros de guerra de leste, sujeitos a um regime de terror em tudo semelhante.

Dos 81 portugueses que até agora identificámos, tanto nos campos de concentração (67) como nas prisões (14) do III Reich, pelo menos 30 não sobreviveram à deportação.

2.4

Os prisioneiros de guerra nos *Stalag*

A outra vertente do trabalho não voluntário para o esforço de guerra do III Reich foi a dos prisioneiros de guerra que, ao abrigo da Convenção de Genebra de 1929, eram obrigados a trabalhar para a potência inimiga se não fossem oficiais ou se as tarefas que desenvolvessem não estivessem diretamente relacionadas com atividades bélicas.



Portal do *Stalag* XII-A, situado perto de Limburg/Lahn (Alemanha)

Também aqui há que distinguir a situação dos prisioneiros polacos e soviéticos da dos países da Europa Ocidental.

A Alemanha hitleriana, na frente leste, fizera, entre junho de 1941 e maio de 1945, cerca de 6 milhões de prisioneiros soviéticos e 300 000 polacos. Considerados, uns e outros, como pertencentes a uma raça inferior de *Untermenschen* (sub-humanos), destinados a servir como escravos à raça dos senhores, a *Herrenmenschen* ariana, os prisioneiros polacos e soviéticos são internados em campos sujeitos a terríveis condições de violência e privações. Mais de 60% dos prisioneiros soviéticos — cerca de 3,5 milhões — morreram de fome, de frio, de maus-tratos, ou foram sumariamente executados. Milhares de oficiais soviéticos foram assassinados nos campos: 22 000 abatidos só em Sachsenhausen e Buchenwald. Outros, assassinados nos campos de extermínio e de concentração para onde tinham sido também enviados: Auschwitz, Sobibor e Majdanek. As taxas de mortalidade só diminuíram quando, a partir de 1942, os prisioneiros de guerra do leste passam a ser utilizados como mão de obra escrava ao serviço da economia alemã, internados em campos especiais, sem remuneração e sujeitos a duríssimas condições de trabalho, sendo então designados como *Ostarbeiter*.

No ocidente, a França derrotada foi a principal fornecedora de prisioneiros de guerra como mão de obra obrigada a trabalhar (com a exceção dos oficiais), direta ou indiretamente, para a economia de guerra alemã, aliás, em clara violação da Convenção de Genebra: 1,8 milhões de prisioneiros, dos quais 1,6 milhões eram soldados franceses. Os militares

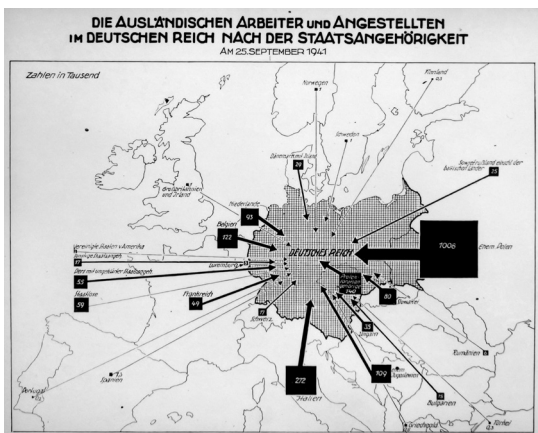
sem a patente de oficial foram internados em 69 *Stalag* distribuídos pela «Grande Alemanha», e daí redistribuídos por cerca de 82 000 *Kommandos* de trabalho ou por batalhões de construção e trabalho (*Bau- und Arbeitsbataillon*) empregues na indústria, na agricultura, em grandes e pequenas empresas. Este trabalho era pago pela entidade empregadora ao batalhão que vigiava os prisioneiros e lhes atribuíu parte da remuneração.

É neste contingente dos prisioneiros de guerra como força de trabalho que identificámos o maior número de portugueses (pelo menos 300). No início da guerra, o governo francês não só incentivou o alistamento de estrangeiros na Legião Estrangeira (designadamente os refugiados republicanos da Guerra Civil de Espanha internados nos campos no sul de França), como criou, em outubro de 1939, os Regimentos de Marcha de Voluntários Estrangeiros. Em fevereiro de 1940, estes regimentos contavam com 410 portugueses, e a Legião com 51. Parte deles oriundos do lado republicano da guerra de Espanha: foi a forma de conseguirem sair dos campos de internamento. As unidades militares do Exército e da Legião em que se encontravam os portugueses foram destroçadas pela invasão alemã de junho de 1940, e algumas centenas foram internados em *Stalag*. Alguns dos refugiados portugueses da Guerra Civil espanhola aceitariam, após a ocupação, ir trabalhar para a Alemanha, outros seriam ainda integrados em companhias de trabalho das autoridades francesas que continuaram a prestar apoio ao esforço de guerra alemão em território francês ocupado. Outros seriam enviados para os campos de concentração (Schaefer et al., 2017, pp. 64-67).

2.5

A viragem de 1942 na economia de guerra alemã

Como se tem vindo a referir, 1942 representa um ano de viragem na política de condução da guerra no Reich alemão. Sob o efeito da entrada dos EUA na guerra, do fracasso da *Blitzkrieg* na frente leste, das pesadas baixas aí sofridas, com a produção bélica estagnada, a vitória fulminante transforma-se num conflito global de sorte incerta e sem fim à vista, exigindo por muito tempo ainda incomensuráveis recursos materiais e humanos de que nem a dilatada «Grande Alemanha» dispunha. Sendo que a vulnerabilidade dos meios disponíveis se agravaria drasticamente desde a segunda metade de 1942,



Mapa quantitativo do recurso a trabalhadores estrangeiros na Alemanha em 1941, organizado por nacionalidades, em milhares (Knigge; Lüttgenau, 2010, p. 91).

A Portugal são atribuídos 200 trabalhadores

com o avanço dos aliados no Norte de África, o cerco do 6.º Exército em Estalinegrado e a intensificação dos bombardeamentos aéreos. É, portanto, um ano de importantes decisões na economia de guerra. Para alguns autores, o ano em que verdadeiramente a Alemanha entra na «guerra total».

Em fevereiro, o arquiteto Albert Speer é nomeado ministro do Armamento, assumindo o controlo da célebre Organização Todt, após a morte de Fritz Todt, o engenheiro que o precedeu no cargo. A Organização Todt era o centro impulsionador do impressionante programa de construção de infraestruturas e de fabrico de armamento para o esforço de guerra nazi. A um ritmo frenético, construiu autoestradas, pontes, fortificações, canais, centrais hidroelétricas, portos, aeródromos, *bunkers*, bases de submarinos. A sua *opera magna* fora a «Muralha do Atlântico», um sistema de fortificações que unia a costa atlântica da Europa desde a Noruega à fronteira franco-espanhola com mais de 16 000 *bunkers* e baterias, 11 bases submarinas, galerias para abrigo dos aviões, depósitos de combustível e as rampas de lançamento dos mísseis V1 e V2. Para realizar em tão curto prazo este programa de construção imenso, a Todt recorreu a uma rede de centenas de empresas de construção ou de metalurgia alemãs e estrangeiras a quem facultava a logística, o financiamento e a força de trabalho (as empresas asseguravam os salários, que dependiam do tipo de trabalhador que empregavam). A Todt recorria, por iniciativa das suas empresas ou através das «ações Sauckel», a todas as modalidades de trabalho que temos referido: contratado, compelido, escravo ou de prisioneiros.

O complemento deste gigantesco projeto, da urgente maximização da produção bélica e de todo o restante funcionamento da economia do Reich, foi a mobilização coerciva da imensa mão de obra estrangeira desesperadamente necessária a partir de 1942. Para isso, em março, Sauckel, como vimos, é designado Plenipotenciário Geral para a Mobilização do Trabalho. E, como também já referimos, o «negreiro da Europa» atuará frenética e impiedosamente da Ucrânia e da Bielorrússia até à Bélgica ou à França, recorrendo às rusgas, à coação, às ameaças, às prisões massivas.

Himmler e a SS não ficam para trás na caça aos novos escravos. Também em março, o *Reichsführer* procede à integração do sistema concentracionário no novo Departamento Económico e da Administração Central da SS (WVHA), chefiado por Oswald Pohl, com o fito da exploração maximal do trabalho dos presos para a indústria bélica e a economia de guerra: «Obrigam os reclusos a trabalhar até caírem» (Wachsmann, 2015, p. 400). Simultaneamente, intensificam-se as pressões sobre os Serviços de Segurança do Reich (RSHA) para, através de grandes operações policiais contra os judeus, os suspeitos de oposição política e os trabalhadores estrangeiros, entregar mais mão de obra escrava aos campos de concentração da SS. Em dezembro de 1942, Heinrich Müller, comandante da Gestapo, ordena a transferência massiva das cadeias dessa polícia para os campos dos trabalhadores estrangeiros detidos por infrações à disciplina laboral. Isso depois de, ainda em setembro desse ano, o novo ministro da Justiça, Otto-Georg Thierack, ter aceitado entregar à SS, para o mesmo fim, dezenas de

milhares de presos de delito comum das cadeias e dos campos de presos até aí dependentes do sistema judicial do Reich (Wachsmann, 2015, p. 428).

Ao contrário do que até aqui se supunha, muitos portugueses estarão tragicamente envolvidos neste vórtice de morte e sofrimento, como adiante se verá.

2.6

Os trabalhadores forçados portugueses

A pesquisa levada a cabo em vários arquivos nacionais e no estrangeiro e as entrevistas realizadas permitiram constatar, em primeiro lugar, que os trabalhadores portugueses na Alemanha hitleriana, ou nos países que ela ocupou, se distribuíram por uma grande variedade de espaços e situações:

Trabalhavam nas fábricas, nas obras públicas civis e militares, nas indústrias de armamento, em serviços de apoio às forças armadas, na agricultura e até no serviço doméstico de casas particulares;

Em qualquer dessas situações, podiam encontrar-se como trabalhadores voluntários (enquanto não se tornaram trabalhadores forçados), como mão de obra compelidamente recrutada para trabalhar na Alemanha, como trabalhadores escravos (geralmente oriundos dos campos de concentração ou de prisões) ou como prisioneiros de guerra (internados nos *Stalag*) obrigados a trabalhar para as forças armadas alemãs e outros serviços.



Neuengamme

Em segundo lugar, essa investigação possibilitou-nos sistematizar seis tipos de percursos ou de situações que levaram os portugueses ao trabalho forçado na Alemanha, ou para os territórios ocupados pela Alemanha nacional-socialista durante a guerra, que, de alguma forma, organizam a informação constante deste trabalho. Muito resumidamente:

1. Os trabalhadores portugueses emigrados em França (cerca de 30 000 nas vésperas da eclosão da II Guerra Mundial), coercivamente mobilizados por intermediação das autoridades francesas, quer na França ocupada, quer na zona do regime de Vichy, fosse no âmbito da *Relève* (troca de prisioneiros de guerra franceses por trabalhadores enviados pela França para a Alemanha), fosse do STO (*Service de Travail Obligatoire*), decretados por Laval sob imposição do organismo de mobilização da mão de obra criado pela Alemanha nazi.

2. Os portugueses que se ofereceram para trabalhar com contrato, voluntariamente, na Alemanha, através dos postos de recrutamento

de mão de obra existentes em Espanha ou em França. Como não havia tratado luso-alemão para o recrutamento de trabalhadores portugueses, estes iam para a Alemanha sem passaporte, o que os impedia de regressar quando os bombardeamentos e as condições de vida se agravaram naquele país, para além das interdições de regresso por parte das autoridades alemãs após 1942.

3. Os refugiados portugueses da Guerra Civil de Espanha, defensores da República, internados, após janeiro-fevereiro de 1939, nos campos do sul de França. Alguns destes refugiados serão mobilizados durante a ocupação para o trabalho na Alemanha, quer por opção própria (para saírem dos campos), quer porque são transferidos pelo ocupante alemão para campos de concentração, quer, ainda, porque são integrados em grupos de trabalho (GTE) das autoridades francesas, mas que realizavam serviços em favor do esforço de guerra alemão em território francês.

4. Os cidadãos portugueses presos e deportados pela polícia alemã para campos de concentração (onde prestam trabalho escravo), por razões políticas (ligações ao Partido Comunista Francês e às redes da Resistência), por serem capturados como reféns e enviados para os campos ou prisões, por deterem armas de caça, pela prática de delitos comuns ou por razões indeterminadas.

5. Os portugueses feitos prisioneiros de guerra por estarem alistados no Exército francês e na Legião Estrangeira. Internados nos

Stalag, como vimos, eram obrigados a trabalhar para os alemães caso não fossem oficiais.

6. Finalmente os casos, aparentemente mais raros, de trabalhadores portugueses diretamente contratados por empresas alemãs ligadas à Organização Todt para trabalhos especializados, designadamente na construção da «muralha do Atlântico», como se passou com os 11 portugueses (5 mergulhadores, 5 ajudantes e 1 capaz especializado em dinamite) contratados no Porto pela empresa Friedrich Flohr em agosto de 1940.

Até ao presente, a pesquisa desenvolvida através das fontes antes referidas permitiu apurar, em termos quantitativos, os seguintes valores:

Portugueses internados em campos de concentração: 67

Portugueses em prisões do III Reich: 14

Portugueses prisioneiros de guerra nos *Stalag*: 300

Portugueses mortos no sistema concentracionário: 30

Cabe precisar que estes valores são provisórios e provavelmente conservadores, se tivermos em conta fontes ainda não devidamente analisadas ou por estudar, ou até a frequente diluição de nomes portugueses no contingente de internados espanhóis devido à semelhança de apelidos. De qualquer forma, devemos poder dizer com alguma segurança que um número de cerca de 381 portugueses, talvez um pouco mais, se encontravam confinados

durante a II Guerra Mundial em campos de concentração, prisões ou *Stalag*, sujeitos a brutais condições de trabalho forçado. Muitos deles (pelo menos 30 nos campos de concentração e prisões) não sobreviveram. Provavelmente superior, mas até agora impossível de determinar com precisão, terá sido o número dos que foram voluntariamente trabalhar para a Alemanha ou que para esse destino foram forçados a partir, a maioria com origem em França¹⁰.

Este tipo de situações deixou variado rasto na documentação consular e diplomática do Estado português, designadamente dando conta da inquietação ou do sofrimento dos cidadãos portugueses ou dos seus familiares que desconhecem o destino dos desaparecidos, levados pelas autoridades francesas ou alemãs, por quererem sair da Alemanha (onde deixam de receber salário, sendo submetidos a desumanas condições de trabalho ou estão sujeitos aos bombardeamentos) e não poderem, ou por estarem enterrados vivos em campos de concentração, prisões, etc. Todavia, apesar dos esforços individuais de alguns agentes consulares, não existe evidência de qualquer diligência diplomática consistente por parte do Governo do Estado Novo português no sentido de acudir ou defender os seus cidadãos feitos escravos nos campos de concentração e nas prisões do III Reich.

10 Segundo a publicação *Der Arbeitseinsatz* (A Mobilização do Trabalho), editada pelas autoridades alemãs durante a guerra, teria havido, em 1944, um pico de 376 portugueses a trabalhar no «Grande Reich». Mas o número é incerto.

Se o Governo da ditadura se desinteressou substancialmente do destino destes portugueses, certo é, também, que, através da censura, se esforçou por silenciar qualquer tentativa de lembrar ou informar o país da situação e do sacrifício dos cidadãos nacionais sujeitos a tal situação. O jornal *Diário Popular*, em 1945, conseguiu publicar uma solitária entrevista com um dos sobreviventes portugueses de um campo de concentração, José Agostinho das Neves, que ficou em França no pós-guerra. No entanto, o único livro publicado em Portugal da autoria de um sobrevivente residente em Portugal e aqui regressado vindo do campo de Buchenwald em 1945 é da autoria de um cidadão francês: chamava-se Émile Henry e não deixou, por essa razão, de ser incomodado pela polícia política.

Cabe referir, finalmente, que esta é uma investigação em curso. Naturalmente, outros passos e novos desenvolvimentos se seguirão neste labor incessante que é o de fazer e refazer a História e de construir criticamente as memórias que permitem e sustentam a cidadania livre e democrática ¹¹.

11 O essencial de algumas das biografias foi inicialmente publicado por Fernando Rosas (coord.), Ansgar Schaefer, António Carvalho, António Muñoz, Cláudia Ninhos e Cristina Clímaco, no número 44 da revista *Visão História*, entretanto esgotado (Schaefer et al., 2017). Estas foram atualizadas com recurso à consulta de novas fontes documentais e à bibliografia sobre o tema.

3

Os portugueses no sistema concentracionário



Memorial com a indicação das nacionalidades dos presos (KL Buchenwald) onde se lê «Portugiesen/Portugueses». Esta placa instalada ao ar livre está permanentemente a 37º, a temperatura corporal comum a todos os seres humanos

3.1

Portugueses nas prisões do Reich

Na sequência de uma série de atentados cometidos contra soldados alemães e instalações da *Wehrmacht*, o comandante militar alemão da região de Paris, Otto von Stülpnagel, declarou a 23 de agosto de 1941 que todos os detidos franceses passariam a ser considerados como reféns, e executados em caso de novo atentado, em número proporcional à gravidade do ato, dando início à «política dos reféns». Esta escalada de violência levou à promulgação do decreto *Nacht und Nebel* (Noite e Nevoeiro), de 7 de dezembro, assinado por Hitler, que estabeleceu os princípios gerais da repressão nos países ocupados. A diretiva de aplicação, de 12 de dezembro, elencava os delitos abrangidos pelo decreto: atentado, espionagem, sabotagem,



Buchenwald

atividade comunista, desacatos à ordem pública, ajuda ao inimigo e posse de armas, nomeadamente de caça; e estipulava que apenas seriam julgados, nos países ocupados, os indivíduos dos quais se teria antecipadamente a certeza da sua condenação à morte, sendo os demais transferidos, no maior sigilo, para a Alemanha para serem julgados. A menção NN significava uma «condenação à morte diferida», devendo o internado ser guardado no mais completo isolamento, nomeadamente em relação às demais categorias de presos. As famílias eram mantidas na ignorância do destino do NN, mesmo quando este era executado. Sobre eles deveria recair o maior silêncio. João de Brito e Mário Santos foram dois dos portugueses deportados para prisões do Reich no âmbito da aplicação do decreto *Nacht und Nebel*.

João de Brito, operário metalúrgico nascido a 14 de agosto de 1906, em Alcafozes, concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco. Residia em Gragny (Normandia), na zona ocupada, desde o início dos anos 30. Denunciado pela companheira

por ter em casa uma caçadeira e munições, infringindo uma determinação das autoridades alemãs de ocupação que obrigava os proprietários de armas a entregá-las, foi preso pela polícia francesa a 12 de maio de 1942 e entregue às autoridades alemãs. Internado na prisão de Évreux, foi transferido a 24 de junho para a prisão da Santé, em Paris, passando sucessivamente pelas prisões alemãs de Hinzert, Wittich e Köln, vindo a falecer em Sonnenburg, a 12 de março de 1944. Durante muitos anos, a família nada soube sobre o destino dado pelos alemães a João de Brito e o trajeto no labirinto do universo concentracionário, fazendo jus ao profundo silêncio que deveria recair sobre esta categoria de presos, e cujas repercussões se prolongam para além do final da guerra. Sem a oficialização da morte do pai, as filhas de João de Brito foram privadas dos apoios do Estado francês a que tinham direito se a morte tivesse sido registada. O certificado de «pessoa desaparecida» foi apenas estabelecido em 1972, na sequência de uma carta enviada por Paulette de Brito ao Prefeito da Seine-Maritime, que levou à abertura de um inquérito. Mas serão necessários 40 anos para que o óbito seja finalmente registado nos Serviços Centrais do registo civil francês, a 28 de junho de 2012, figurando doravante no assento de óbitos da municipalidade de Gravigny. O registo do óbito em Portugal encontra-se dificultado pela impossibilidade de identificar o local de nascimento de João de Brito, mencionado nos documentos franceses como natural de *Alcavo*.

Mário Santos nasceu a 14 de maio de 1907, em Macedo de Cavaleiros, e era agricultor. Casara em 1933 com a francesa Olga Jean e, pouco depois,

em 1936, tinha-se naturalizado francês. Residia em Villeneuve de Champniers (Charente) quando foi preso a 16 de agosto de 1942 por posse de armas. Detido em Angoulême, foi depois transferido para a prisão alemã de Diez, onde viria a falecer, a 24 de junho de 1943. O seu local de inumação ficou anotado nos registos alemães. Mário Santos foi sepultado no campo III, fila 6, n.º 4.

Nem todos os portugueses enviados para prisões do Reich foram presos NN. Os casos de Émilienne dos Santos Viana (Porto 1913-Montbéliard 2015) ou José Vieira são especialmente interessantes. Ambos envolveram-se ativamente na Resistência, acabando por ser julgados, detidos em prisões e forçados a trabalhar na Alemanha nacional-socialista.

Ermelinda Rosa dos Santos nasceu no Porto a 13 de dezembro de 1913. A família emigrou para França no início dos anos 20 e instalou-se em Étupes, no departamento do Doubs, perto da fronteira com a Suíça, onde nasceu já o irmão mais novo, Émile, em 1925. Com a instalação em França, mudou o nome para Émilienne, sendo este que figura na documentação francesa. Casou-se com Francisco dos Santos Viana, um emigrante português nascido a 3 de fevereiro de 1909, em Santiago de Anha (Viana do Castelo). Émilienne era dactilógrafa-esténógrafa na fábrica da *Peugeot*, em Sochaux, e Francisco exercia o ofício de marceneiro. No final dos anos 30, o casal solicitou a naturalização francesa, que lhe foi atribuída em fevereiro de 1942, num momento em que a administração de Vichy lançara já o processo de reavaliação das naturalizações acordadas depois da entrada em vigor da lei da nacionalidade de 1927.

No início da II Guerra Mundial, Francisco ingressou como voluntário no exército francês, sendo incorporado no 22.º Regimento de Marcha de Voluntários Estrangeiros. Em junho de 1940, durante a invasão alemã, foi feito prisioneiro durante o combate de Marchélepot, no departamento da Somme, e internado no *Stalag VII-A*, onde permaneceu até ao final da guerra.

Émilienne aderiu ao movimento de resistência *Front National* (Frente Nacional), em maio de 1943, integrando o grupo Albert Lemerle. Com a ocupação alemã, a *Peugeot* tinha sido forçada a reconverter a sua produção, passando a produzir peças para veículos militares e aviões alemães. Obrigada a colaborar com o ocupante, a direção da empresa era, no entanto, hostil ao III Reich, acabando por auxiliar também os Aliados na sabotagem da produção, como contrapartida pela proteção das instalações da fábrica, que se encontrava na lista dos alvos a bombardear pela aviação Aliada. Em setembro de 1943, o comissário alemão, Ferdinand Porsche, pressionou a *Peugeot* para que fabricasse a fuselagem das bombas V1 (que acabaram por ser produzidas em Dora-Mittelbau). Um dos engenheiros da *Peugeot*, Cortelezzi, durante uma deslocação à fábrica da *Volkswagen*, em Fallersleben, conseguiu copiar uma parte dos planos da V1, tendo sido com base nesta informação que os Aliados bombardearam a cidade.

Empregada nos escritórios, a função ocupada por Émilienne permitia-lhe ter acesso a informação sobre a produção alemã na fábrica, que comunicava aos Aliados, nomeadamente os planos do motor *BMV*, ou cópias dos relatórios sobre visitas

de técnicos da *Peugeot* a fábricas alemãs. Paralelamente, Émilienne dava apoio ao irmão, ativo na Resistência, escondendo armas e patriotas, que Émile ajudava depois a atravessar a fronteira suíça. Este acabou por ser morto pelos alemães, que nos seus pertences encontraram uma carta de Émilienne, na qual era mencionado um relatório da fábrica de Fallersleben, assim como um documento contendo o programa de fabricação da *Peugeot*. A polícia procedeu a detenções, mas identificou por engano uma colega de escritório como sendo a Émilienne. O elevado sentido moral desta levou-a a entregar-se à polícia alemã para libertar a colega, sendo presa a 8 de junho de 1944, e posteriormente transferida para o estabelecimento prisional de Besançon. Em finais de julho, foi interrogada na sede da *Feldgendarmarie*, em Chamars, por oficiais alemães que lhe anunciaram que lhe seria fuzilada por espionagem a favor do inimigo. Paul Kloch, advogado da Resistência, conseguiu demover as autoridades alemãs de levarem a cabo a ameaça de execução, contrapondo a nacionalidade portuguesa de Émilienne. A 3 de setembro de 1944, foi deportada sem julgamento para a prisão militar de Fribourg em Brisgau, sendo libertada a 22 de abril de 1945.

José Vieira nasceu a 4 de março de 1907, em Valência. Emigrou para França na década de 20, estabelecendo residência na região mineira de Longwy, onde o Partido Comunista Francês (PCF) exercia grande influência. Operário na empresa *Acéries* de Longwy, casou com uma filha de emigrantes italianos. A colónia portuguesa de Longwy e Herserange era numerosa e dinâmica, tendo-se aí fundado uma

das mais importantes secções da Federação dos Emigrantes Portugueses em França, de tendência comunista.

José Vieira entrou muito cedo na Resistência, primeiro de modo não estruturado, tornando-se mais tarde membro dos movimentos *Groupe Lorraine Résistance FTP*, Sector C, a 1 de março de 1941, assim como do grupo *Corattoni*. Em maio do mesmo ano, aderiu ao *Front National* (FN, Frente Nacional), movimento da resistência comunista. O domicílio de José Vieira servia, com a conivência da esposa, também ela resistente, de caixa de correio e de esconderijo de patriotas. Encarregado da receção e distribuição de propaganda do FN no sector de Longwy, teve também por missão o recrutamento de resistentes e a proteção dos camaradas na clandestinidade de passagem pelo sector.

Denunciado, José Vieira foi detido pelos guardas franceses no local de trabalho, a 3 de fevereiro de 1942. Encarcerado em Briey, foi transferido para Compiègne no mês de março, regressando a Nancy após quatro meses de internamento para ser julgado pelo Tribunal Militar alemão. Condenado a 5 anos de trabalhos forçados na Alemanha, foi deportado a 24 de julho de 1942 para a prisão de Rheinbach, onde permaneceu duas semanas, sendo depois transferido para a de Siegburg.

Foi forçado a trabalhar na fábrica de viscoso e celulose *Rheinische Zellwolle*, situada na periferia da cidade, em condições terríveis devido à evaporação de gases tóxicos e aos maus-tratos infligidos pelos *kapos*. O alojamento era deplorável e a alimentação insuficiente e intragável; a sopa, à base de couve e de rutabaga, era por vezes acompanhada

por salchicha podre, que provocava numerosas intoxicações alimentares. A fome era uma constante, sendo particularmente sentida pelos mais jovens. Apesar de uma saúde periclitante, José Vieira sobreviveu à disenteria e aos maus-tratos, não perdendo uma oportunidade para sabotar a produção da fábrica ou favorecer as ações de resistência dos camaradas de detenção. Foi libertado pelas tropas americanas a 10 de abril de 1945, mas guardou sequelas físicas irreversíveis.

Também os exilados políticos portugueses foram apanhados pelo ciclone alemão. A desilusão provocada pela neutralidade de Portugal na II Guerra e a ocupação da França pelas tropas do III Reich levaram naturalmente os exilados republicanos a colaborar com as redes de resistência ligadas aos Aliados. O capitão-aviador Américo Sanches, vulto emblemático da luta antifascista revilharista, integraria também o contingente de portugueses detidos nas prisões nazis. Américo Sanches nasceu em Lisboa em 1895, tendo pilotado um dos aviões que bombardearam a capital durante a revolta de agosto de 1931. No rescaldo da revolta, exilou-se em Espanha e, no âmbito das conspirações revilharistas, alternou, nos anos seguintes, entre o exílio e a clandestinidade no interior de Portugal. Em março de 1937, Américo Sanches encontrava-se na Espanha republicana, tendo proposto os seus serviços ao exército republicano. Porém, no final de 1938, estava já exilado em França.

No início da II Guerra, alistou-se no exército francês como voluntário, tendo sido incorporado na qualidade de 2.º classe e colocado à disposição do Ministério do Ar. Após a ocupação alemã,

Américo Sanches tomou parte ativa na Resistência, sem que se conheçam os contornos dessa participação. Preso em Paris pelos alemães, foi condenado à morte pelo Tribunal Militar alemão do departamento do Sena, a 13 de maio de 1942, sob a acusação de ajuda ao inimigo, mas a pena foi comutada em 10 anos de trabalhos forçados na Alemanha. Américo Sanches foi deportado para a prisão de Karlsruhe, transferido a 5 de outubro de 1942 para Rheinbach, e um mês depois para Siegburg. Liberado a 10 de abril de 1945, regressou a Paris, vindo a falecer em Lisboa nos anos 50.

O caso dos trabalhadores presos em território alemão é pouco conhecido. Os motivos da detenção prendem-se, na grande maioria dos casos, com formas diversas de comportamento antialemão, mas também por manterem relacionamentos com mulheres alemãs, ligações ao mercado negro, ou crimes de delito comum, nomeadamente pilhagem de lojas de alimentação e tabaco, aproveitando bombardeamentos ou alertas. Um dos trabalhadores portugueses detidos na Alemanha foi José Evangelista, que nasceu a 29 de agosto de 1921, na freguesia de São Clemente, em Loulé. Partiu para França ainda pequeno, no âmbito de uma emigração familiar. A família instalou-se em Saint-Étienne de Rouvray, na Normandia, onde desde os anos 20 vinha crescendo uma pequena comunidade portuguesa à volta da indústria química. O pai, sapateiro, trabalhava também numa fábrica, e a mãe abriu uma cantina na residência familiar para os operários portugueses. A família naturalizou-se francesa em 1935, ficando José abrangido pela lei de 4 de setembro de 1942, pela qual Vichy procurou reforçar a *Relève* e a

requisição de trabalhadores para a Alemanha. Empregado numa fábrica de papel, foi requisitado em novembro de 1942. Na Alemanha, foi afetado a uma fábrica da *IG Farben*, em Bitterfeld-Wolfen, ficando alojado em Sandersdorf, no Lager Marie, um campo-dormitório para trabalhadores, onde organizou um pequeno grupo de resistência. Denunciado, José Evangelista foi preso a 9 de dezembro de 1944 e enviado para a prisão de Halle. Com o avanço dos exércitos aliados, foi provavelmente transferido para Theresienstadt, um dos últimos campos a ser libertado pelos Aliados, mas evadiu-se durante o percurso, a 6 de maio de 1945, saltando do comboio que o transportava para um novo campo, tendo sido recolhido por camponeses. José Evangelista foi repatriado para França a 4 de junho de 1945, por Sarrebruck, regressando a Saint--Étienne de Rouvray. Virá a falecer em 1956, num acidente de viação.

3.2

KL MAUTHAUSEN (Linz, Áustria)

O KL¹² Mauthausen situava-se na Áustria, numa colina sobranceira à cidade que deu nome ao campo. Localizava-se junto à margem esquerda do segundo rio mais longo da Europa, o Danúbio, a cerca de 20 km para leste da grande cidade industrial de Linz, e não muito distante de outra cidade importante no esforço de guerra e indelevelmente ligada à vida de Adolf Hitler: Steyr.

12 KL: *Konzentrationslager* (campo de concentração).



Mauthausen — Vista geral



Mauthausen — «Escada da Morte»

O campo começou a ser construído formalmente no dia 8 de agosto de 1938, já depois do *Anschluss* (a anexação da Áustria pela Alemanha nazi, que tinha ocorrido a 12 de março de 1938). Os trabalhos de edificação foram iniciados por um grupo de prisioneiros transferidos do campo de concentração de Dachau: o campo «modelo» aberto logo em 1933 pelos nazis, perto da cidade de Munique.

Oswald Pohl foi o oficial da SS encarregado da instalação de um novo «campo moderno», como os seus chefes superiores, Heinrich Himmler e Theodor Eicke, gostavam de sublinhar. Mauthausen seguiu a mesma linha estratégica de implementação de campos como Flossenbürg (instalado em maio de 1938) ou Ravensbrück (um ano depois) (Wachsmann, 2015, p. 108). Mauthausen teve como principal objetivo explorar, com recurso ao trabalho escravo dos prisioneiros, as três pedreiras de granito existentes nos terrenos envolventes, que haviam sido previamente adquiridas por uma empresa da SS. A forma de aumentar a população de trabalhadores escravos em Mauthausen, e nos novos subcampos entretanto criados, foi o recurso a constantes rusgas policiais, que conduziam à prisão, deportação e internamento, indiscriminado, de milhares de pessoas. A partir de finais de 1942, quando a Alemanha se viu obrigada a intensificar o seu esforço de guerra, Mauthausen e os seus subcampos foram mobilizados para a indústria de armamento.

Logo no início do seu estabelecimento como «campo-pedreira», muitos prisioneiros foram transferidos de Buchenwald, pelo que se tornou, juntamente com Flossenbürg, no principal campo para «criminosos», uma categoria que abarca uma miríade de casos.

Mauthausen foi considerado, no sistema concentracionário e repressivo do III Reich, o paradigma por excelência do trabalho escravo. A sua população era quase exclusivamente constituída por homens, tanto mais que Ravensbrück assumiu, no período inicial de funcionamento de Mauthausen, a função de campo feminino. Entre 1944 e 1945,

foram oficialmente registadas cerca de 3000 mulheres em Mauthausen, podendo ter atingido a cifra de 10 000.

Segundo autores como Wachsmann (2015), em julho de 1940, empregava quase 3600 prisioneiros e era considerado o mais mortífero dos campos de concentração. No início de 1942, era mesmo o maior campo, em número de prisioneiros, no interior do Grande Reich. A razão prende-se também com o facto de ter sido construído, no recinto, em outubro de 1941, à semelhança de outros campos, uma área especial para alojar prisioneiros de guerra do leste, que seriam utilizados como trabalhadores forçados.

Nos anos que medeiam entre a criação do campo de Mauthausen, em 1938, e a sua libertação, em 1945, estima-se que tenham estado internados cerca de 190 000 prisioneiros. Calcula-se que tenham morrido mais de 90 000 internados, mas o número exato de vítimas, neste como em todos os outros campos, nunca será conhecido (para todos os campos seguem-se os números propostos por Waschmann, 2015, p. 636, quadro). Em finais de 1943, Mauthausen e os seus subcampos tinham mais de 24 000 presos, aumentando para 30 000 em fevereiro de 1944. Precisamente um ano depois, em finais do mesmo mês, no conjunto do complexo estavam internados 80 000 prisioneiros, número que foi crescendo à medida que outros campos situados a leste eram abandonados e os prisioneiros transferidos para Mauthausen. Quando os últimos guardas da SS abandonaram Mauthausen, nos primeiros dias de maio e nos últimos da guerra, deixaram neste campo e no subcampo de Gusen cerca de 38 000 internados (AA. VV., 2013). Para se ter uma ideia da

dimensão dos níveis de mortalidade, refira-se que nenhum internado judeu, entre 1940 e 1943, em Gusen, sobreviveu (Wachsmann, 2015, p. 29), nem os cinco deportados portugueses. Isto ajuda-nos a entender a dificuldade da reconstituição de acontecimentos e cifras.

Nos campos, os presos de todas as nacionalidades, origens e credos foram vítimas de doenças, maus-tratos, assassinatos, gaseamentos, «experiências médicas», fome. Muitos procuraram fugir ou suicidaram-se. Em Mauthausen, foram ainda vítimas do trabalho extenuante na principal pedreira de granito anexa ao campo e ligada a este por uma longa e íngreme escadaria de 186 degraus anormalmente altos, que ficou tristemente conhecida como a «Escada da Morte» (*Todesstiege*), pela qual os prisioneiros transportavam às costas, várias vezes por dia, em grupos compactos de centenas de homens, blocos de granito com mais de 50 kg. Muitos caíam e morriam esmagados pelas pedras ou eram sadicamente empurrados para o precipício da pedreira pelos guardas da SS, após terem terminado, extenuados, a subida da escadaria. A «Escada da Morte» tornou-se, assim, num símbolo indelével na História de Mauthausen e do trabalho escravo promovido em massa pelo III Reich.

O contingente de internados espanhóis no início da II Guerra Mundial, e de italianos no final do conflito, era particularmente elevado em Mauthausen, cuja rede integrava cerca de 40 subcampos (o número foi variando ao longo da guerra), que com ele se articulavam diretamente (AA. VV., 2013, p. 187). Segundo alguns autores, esta característica fez de Mauthausen o campo «latino» do sistema

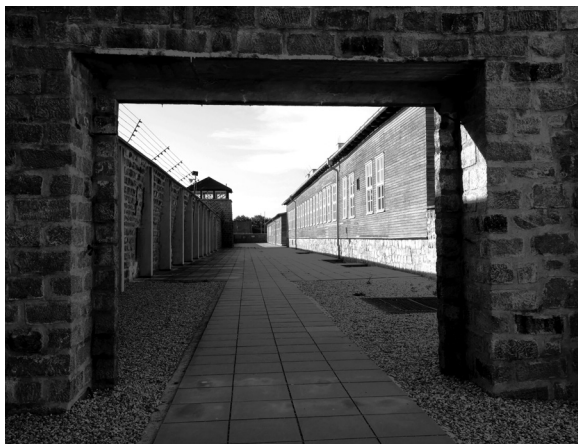
concentracionario nazi. Importa reter que, durante o conflito, os nazis deportaram para Mauthausen, entre outras nacionalidades, cerca de 7000 republicanos espanhóis, mais de metade dos quais não sobreviveu. A mensagem em língua espanhola, para além de russo e inglês, escrita em grandes letras numa faixa de pano branco, colocada sobre a entrada do campo pelos presos recém-libertados, imortalizada numa fotografia tirada provavelmente a 7 de maio de 1945 (AA. VV., 2013, p. 254), e que se tornou no símbolo da libertação de Mauthausen, prova a importância dos prisioneiros espanhóis, que se destacaram em número e no ativismo de resistência. Tratou-se, no entanto, da recriação da entrada no campo dos soldados americanos.

Mauthausen era um dos campos do sistema concentracionário nazi que se localizava mais a sul no território da Alemanha antes do início da guerra. Foi certamente devido à sua posição geográfica, e em face da estratégia militar «da tenaz» implementada no terreno pelos Aliados, que, conjuntamente com alguns dos seus campos satélites, foi o último campo de concentração a ser libertado.

3.2.1

Três portugueses na primeira deportação de civis de França para Mauthausen

As primeiras prisões de portugueses em França ocorreram na grande rusga de 2 e 3 de setembro de 1939, dirigida contra cidadãos de países inimigos, comunistas e outros suspeitos de colocarem em perigo a segurança nacional. A Alemanha havia



Mauthausen

invadido a Polónia no dia 1 e, dois dias depois, a França declarara guerra ao Reich. As grandes ofensivas contra a França começaram apenas no mês de maio de 1940, quando a *Wehrmacht* invadiu e ocupou a Bélgica, o Luxemburgo, os Países Baixos e, por fim, a França, que assinou o armistício a 22 de junho. Desde então, e até à libertação do país, em agosto de 1944, cerca de 165 000 pessoas terão sido deportadas, a partir de França, para os campos de concentração e para as prisões do III Reich. Destes, cerca de 76 000 seriam judeus.

Foi a partir de França que foi deportada a esmagadora maioria dos portugueses. Neste processo repressivo, calcula-se que cerca de uma centena terá sido levada para a Alemanha, ignorando-se o número de deportados judeus portugueses ou de ascendência portuguesa. Os motivos que conduziram à prisão e à deportação foram múltiplos, abrangendo

um vasto leque de situações, que vão da participação na Resistência, através de ações armadas, atentados, falsificação de documentação, distribuição de propaganda, ajuda à passagem da fronteira de patriotas e judeus, abastecimento de maquis, albergue de resistentes clandestinos; ou ainda por atitude antialemã, considerada como ato de insubordinação; ou até mesmo pela simples posse de arma de caça. Outros foram vítimas de simples rusgas. Nem mesmo os detidos nas prisões francesas por atividade política, alguns desde o início da II Guerra, ou os presos de delito comum, escaparam à deportação.

As deportações de França para os campos de concentração nazis foram constantes a partir de 1942, mas intensificaram-se depois do Desembarque na Normandia, a 6 de junho de 1944, com o aumento da repressão e das ações de retaliação alemãs, bem como pelo facto de a máquina de guerra do III Reich estar no seu auge e precisar de todos os braços para a fazer mover, qualquer que fosse a sua nacionalidade.

A deportação em massa para os campos fazia-se de comboio, meio de transporte que cruzava uma Europa em guerra, ligando cidades de todas as dimensões e pontos de relevância industrial. Tratava-se do meio mais rápido e com maior capacidade de carga. O comboio tornou-se no símbolo por excelência da deportação e, conjuntamente com outros, em particular os portões das entradas dos principais campos, são imagens emblemáticas do brutal e repressivo sistema concentracionário nazi. No entanto, nem todos os transportes de deportação assumiam uma dimensão de massa, em vagões de mercadorias sobrelotados. Os deportados condenados pelos tribunais militares alemães e os NN

(*Nacht und Nebel*, «Noite e Nevoeiro»), vítimas de repressão que as autoridades alemãs pretendiam fazer desaparecer sem deixar rasto, partiam em pequenos grupos, viajando em comboios de passageiros ou viaturas celulares.

A 20 de agosto de 1940, a *Wehrmacht* foi buscar ao campo de internamento de Les Alliers, localizado perto da cidade de Angoulême, 927 refugiados republicanos espanhóis, homens, mulheres e crianças, e embarcou-os num comboio de mercadorias. Foram os primeiros deportados civis enviados de França para os campos de concentração do III Reich. Depois de quatro dias a vaguear entre a França e a Áustria, o comboio chegou à localidade de Mauthausen. As mulheres e crianças menores de 13 anos não chegaram a desembarcar. Os deportados que deram entrada em Mauthausen, que era então um campo exclusivamente masculino — 430 homens e adolescentes — foram alvo de triagem na estação. As mulheres e crianças encetaram uma viagem de regresso em direção a Irún, na fronteira franco-espanhola, e aí foram entregues às autoridades franquistas. É impossível descrever as terríveis condições sanitárias em que os 927 fizeram a viagem de ida e as mulheres e crianças também a de regresso a França. Da estação de Mauthausen, os homens e adolescentes seguiram a pé pelos íngremes acessos à colina que domina a cidade e onde estava instalado o campo. À chegada, a SS registou-os com números de identificação compreendidos entre 3808 e 4237, e foram-lhes destinadas as barracas com os números 16, 17 e 18.

Entre os deportados do «Comboio dos 927» que partiu de Angoulême a 20 de agosto de 1940,

encontravam-se pelo menos três portugueses: João Ferreira Fernandes, José Nunes Mateus e José Ribeiro de Sousa, emigrantes em Espanha e que se tinham refugiado em França na sequência da guerra civil, na qual terão participado ao lado dos republicanos. Viriam a falecer em Gusen, subcampo de Mauthausen, ao longo do ano de 1941.

Os dados compilados nos diferentes arquivos nem sempre são coincidentes no que concerne à informação essencial, como datas de nascimento e de morte ou de transferência entre campos. Se a reconstituição das trajetórias individuais apresenta lacunas mais ou menos importantes, é, todavia, possível traçar o essencial das biografias dos portugueses deportados para Mauthausen.

João Ferreira Fernandes nasceu, segundo os registos de batismo, a 15 de outubro de 1907 (o «Livro dos Mortos» do campo, apresenta 20 de outubro de 1909), em Adaúfe, Braga. Emigrou para a aldeia de Sampaio, na parte galega do parque natural da Pena-Gerês, em 1930, e casou-se dois anos depois com Eutimia González, em Lovios. Alguns homens da aldeia, entre eles João Ferreira Fernandes, deslocaram-se para a Catalunha para trabalhar nas minas de Sallent, onde foram surpreendidos pela guerra civil, acabando por combater no exército republicano. Após a queda de Barcelona, refugiou-se em França, sendo internado em Argelès-sur-mer, um dos campos de refugiados do Sul de França e transferido para o campo de Gurs em abril de 1939, que acabara de abrir para desobstrução dos campos dos Pirenéus Orientais. Sem alternativas para sair do campo, acabou por integrar, em fevereiro de 1940, a Companhia de Trabalhadores Estrangeiros

n.º 251, que comportava um importante número de internados portugueses de Gurs. Colocada ao serviço do 18.º Corpo de Exército para trabalho nas fortificações militares de Verdun, a CTE n.º 251 foi enviada para o Bois des Moines, em Châlons-sur-Marne, mas acabou por ser retirada da zona de guerra na véspera da ofensiva alemã, por indisciplina e receio de insubordinação por parte das autoridades militares, devendo os trabalhadores regressar a Gurs. No entanto, João Ferreira Fernandes acabou por ficar na região de Angoulême, tendo sido internado no campo de refugiados espanhóis de Les Alliers. A 20 de agosto de 1940, foi deportado para Mauthausen e registado com o n.º 3929. Mais tarde, a 17 de fevereiro de 1941, foi transferido para o mortífero campo satélite de Gusen (n.º 10 381), onde faleceu a 19 de dezembro desse ano. A viúva, que residiu sem interrupção em Espanha, foi indemnizada nos anos 60 pelo governo alemão no âmbito das reparações concedidas às vítimas do regime nacional-socialista, graças a uma certidão de óbito passada a 31 de agosto de 1950 pelo Registo Civil do Ministério dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra francês.

José Ribeiro de Sousa nasceu a 5 de fevereiro de 1908, no vale de Godim, no Peso da Régua (Vila Real). Emigrou para Espanha em 1929, tendo-se fixado na região de Tarragona. Com a queda da Catalunha, refugiou-se em França e foi internado num campo de refugiados, partilhando, a partir desta data, um percurso comum com João Ferreira Fernandes: Gurs, 251.º CTE, Les Alliers e a deportação para Mauthausen, e ainda um lugar sequencial na fila de registo à entrada do campo. José Ribeiro de

Sousa foi registado com o número de matrícula 3928 (João Ferreira Fernandes recebeu o n.º 3929). A separação imposta com a transferência de João Ferreira Fernandes para Gusen será de curta duração. A 29 de março de 1941, José Ribeiro de Sousa foi também transferido para esse subcampo (matrícula n.º 11 710), onde faleceu a 31 de agosto de 1941.

José Nunes Mateus nasceu a 9 de junho de 1908 em Ferrarias Cimeiras (Castelo Branco). Emigrou para Espanha conjuntamente com um irmão ainda antes da guerra civil. Quando estalou o conflito, em julho de 1936, alistou-se como voluntário nas milícias populares e depois no Exército Popular republicano, enquanto o irmão optou por regressar a Portugal. Em fevereiro de 1939, refugiou-se em França e foi internado num dos campos de refugiados, desconhecendo-se o percurso que o conduz até ao campo de Les Alliers, no verão de 1940. Integrou o comboio de «vermelhos espanhóis», deportados de Angoulême a 20 de agosto. Em Mauthausen, recebeu o n.º 4233. Conjuntamente com Mário Teixeira Galimanes, foram os primeiros portugueses a serem transferidos para o campo satélite de Gusen (matrícula n.º 9508), a 24 de janeiro de 1941, onde faleceu a 20 de novembro de 1941.

Aos três portugueses que partiram de Angoulême juntou-se logo, em 25 de novembro de 1940, o soldado Mário Teixeira Galimanes, nascido a 8 de março de 1900 em Moledo (Caminha, Viana do Castelo). Prisioneiro de guerra no *Stalag XI-B*, em Fallingbistel (distrito de Heidekreis, Estado da Baixa Saxónia), com o número 226-Z. Foi transferido para Mauthausen a 25 de novembro de 1940 e matriculado com o n.º 4520. Seguiu para Gusen a

24 de janeiro de 1941, onde faleceu a 7 de julho desse ano. Pode presumir-se que foi o primeiro português a morrer num campo de concentração nazi, se não aceitarmos para João Ferreira Fernandes a data de morte de 19 de fevereiro de 1941 que o «Livro dos Mortos» do campo indica, mas antes 19 de dezembro do mesmo ano, referido noutras fontes.

O «Livro dos Mortos» exposto no Museu do Campo, em que os prisioneiros de Mauthausen estão agrupados por nacionalidade, só indexa, como portugueses, cinco nomes: João Ferreira Fernandes, José Ribeiro de Sousa, José Nunes Mateus, Mário Teixeira Galimanes e João Nunes [Rodrigues]. A passagem deste último por Mauthausen foi certamente breve e numa fase terminal, dado ter sido deportado para Buchenwald, transferido depois para o seu subcampo de Dora-Mittelbau, acabando por ser libertado em Ravensbrück. Além disso, sabemos que o número de portugueses em Mauthausen foi superior ao indicado.

Todos os comboios convergiam para os campos para descarregar a sua carga humana. E voltavam novamente. Indefinidamente. Mas os caminhos para chegar a cada campo foram múltiplos. Muitas vezes, os prisioneiros eram transferidos de uns para outros.

É difícil conhecer todas as razões que se prendem com a transferência de internados entre os campos para além da necessidade de mão de obra. Vejamos, a este propósito, mais um exemplo de um português que circulou entre Buchenwald, Mauthausen e o seu subcampo de Steyr-Daimler. Júlio Laranjo nasceu em Alcácer do Sal a 24 de fevereiro de 1919. Emigrou nos anos 20 com os seus pais e irmãos para França. Foi preso, após a ocupação alemã,

por falsificação de documentos e distribuição de propaganda e, após diversas vicissitudes, foi posteriormente deportado para Buchenwald, onde chegou a 24 de janeiro de 1944. Matricularam-no com o n.º 41 940 e atribuíram-lhe o Bloco 57. Quase um mês depois, seguiu para Mauthausen, a 22 de fevereiro, onde foi registado com o n.º 53 864. A 9 de março, foi colocado no subcampo de Steyr-Daimler, onde trabalhava nas fábricas de armamento. Regressou novamente a Mauthausen a 28 de abril de 1945, poucos dias antes da libertação. Sobreviveu à deportação. Morreu a 15 de dezembro de 1997. Tinha 78 anos.

Sabemos por intermédio de diversas fontes que se conservam nos vários arquivos que houve pelo menos onze portugueses em Mauthausen e outros subcampos deste complexo. Alguns deles foram passageiros do «Comboio Fantasma» (Toulouse, 2 de julho — Dachau, 28 de agosto de 1944), que assim ficou conhecido por ter levado quase dois meses até chegar ao destino final: o campo de Dachau. Entre os 536 sobreviventes dessa viagem estavam 10 portugueses, cinco dos quais passaram por Mauthausen, vindo quatro deles a falecer neste campo.

Seriam muito poucos os portugueses que estavam vivos quando Mauthausen e os seus subcampos foram libertados pelo 3.º Exército dos Estados Unidos a 5 de maio de 1945. Desde maio de 2017, uma placa passou também a recordá-los. Foi deserrada no denominado «Muro das Lamentações» pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, no contexto anteriormente descrito. Nela se homenageiam todos os portugueses vítimas da barbárie nazi. Os três do «Comboio dos 927», mas também

todos os outros que morreram ou estiveram internados em Mauthausen e nos campos e subcampos ou prisões que compunham o sistema concentracionário do III Reich.

Em Angoulême, junto da gare da estação ferroviária, um monumento assinala a partida do «Comboio dos 927». Todos os anos, na data da partida do comboio — 20 de agosto —, decorrem cerimónias evocativas do acontecimento que visam recordar as vítimas da deportação. Especial significado e dimensão tem a cerimónia que anualmente decorre no campo de Mauthausen, no domingo da semana em que se assinala o dia da sua libertação.

As breves notas biográficas aqui apresentadas de portugueses identificados pela equipa de investigação procuram retirar, dar rosto e homenagear estes homens e mulheres. No entanto, entre os milhares de nomes latinos averbados nos registos do campo, alguns podem ser de portugueses, apesar de, aparentemente, não terem informação que os relacione diretamente com Portugal. Ou porque os seus nomes facilmente se confundem com os espanhóis, ou porque foram incorretamente registados, devido à óbvia barreira linguística que existia entre os nazis e os prisioneiros, pelo que não é de excluir que o avanço da investigação nos revele outros nomes.

3.3

KL DACHAU (Munique, Alemanha)

Muito embora tenhamos registos de portugueses ou de internados com origens portuguesas em



Dachau — Portão principal

todos os principais campos do sistema concentracionário do III Reich, é um facto que Dachau e Buchenwald (Alemanha) e Mauthausen (Áustria) concentram a grande maioria dos casos. Dachau foi o primeiro KL construído pelos nazis, a 15 km da cidade de Munique, numa fábrica de munições abandonada. Deveu-se ao então chefe da Polícia de Munique, Heinrich Himmler, e a Theodor Eicke a iniciativa e o projeto de construir um campo para internar os opositores políticos. Paulatinamente, outros grupos começaram igualmente a ser internados: Testemunhas de Jeová, membros da igreja católica, ciganos, intelectuais, homossexuais, autores de crimes civis e outros «antissociais», além dos judeus que chegaram em elevado número na sequência das prisões encetadas aquando do *pogrom* de novembro, vulgarmente designado de Noite de Cristal. Quando a guerra começou, o campo tinha 4000 prisioneiros. Este foi o campo modelo na fase inicial do processo concentracionário, dentro e fora

da Alemanha, e o que funcionou durante mais tempo: entre 22 de março de 1933, data da chegada do primeiro grupo de cerca de uma centena de comunistas de Munique, acompanhados de 54 guardas, e a data da sua libertação pelos Aliados, a 29 de abril de 1945. Os soldados da 42.^a e da 45.^a Divisão de Infantaria do 7.º Exército dos EUA encontraram cerca de 32 000 internados oriundos de 30 países europeus. Por razões de subnutrição e de doenças, muitos ainda morreram depois da libertação.

3.3.1

Dez portugueses no «Comboio Fantasma»

Entre os prisioneiros que passaram por Dachau, contam-se, segundo os registos do Museu do Campo, para já, 19 portugueses, se quisermos aceitar todos os casos que, de alguma maneira, se relacionam com Portugal. Como Dachau é também dos primeiros campos de concentração na Alemanha onde mais cedo se investiu no tratamento museográfico (a 9 de maio de 1965 abriu a primeira exposição) e no trabalho de fixação da memória e de divulgação, há uma ampla investigação sobre o tema, e os dados sobre este campo estão bastante estabilizados. Devido à sua longa existência — o único que durou durante todo o período em que o regime nacional-socialista esteve no poder —, as fontes comportam abundante correspondência sobre o campo. Além dos documentos oficiais do campo, há muita correspondência enviada de Dachau e relatos de prisioneiros que, por uma ou outra razão, foram libertados. Para além dos testemunhos dos sobreviventes no



Buchenwald

final da guerra. Embora nunca se venha a conhecer com exatidão quantas pessoas passaram pelo campo principal e pelos seus numerosos subcampos, sabe-se que mais de 200 000 prisioneiros ali estiveram internados. A morte de cerca de 40 000 pessoas está documentada, mas os números serão certamente mais expressivos. Muitos comboios tiveram por destino Dachau. Um dos últimos foi o que ficou conhecido como o «Comboio Fantasma», onde seguiam 10 portugueses. Já com os Aliados em França.

A sua História é a seguinte. No início de junho de 1944, os alemães ocuparam o Vernet, até então administrado pelas autoridades francesas, mas não tardaram a evacuar o campo, a 30 do mesmo mês, levando consigo 403 internados, dos quais cinco eram mulheres, deixando apenas velhos e doentes. Os evacuados foram transportados em camiões para a Caserna *Caffarelli*, transformada em centro de acolhimento de Toulouse, onde passaram dois dias à espera do comboio. Entre os evacuados do Vernet, encontravam-se oito portugueses. Ao grupo do Vernet juntar-se-ão 174 presos (150 homens

e 24 mulheres) da cadeia de Saint-Michel de Toulouse, entre os quais o português Casimiro Martins. O comboio partiu de Toulouse a 2 de julho em direção a Bordéus, e depois para Angoulême, mas o bombardeamento da estação obrigou-o a regressar a Bordéus. Nesta cidade, os passageiros foram retirados do comboio e colocados na sinagoga, onde permaneceram 28 dias. O comboio retomou finalmente a marcha a 9 de agosto. Ao grupo inicial, as autoridades alemãs juntaram os presos do forte de Hâ, entre os quais o português João António Fernandes. O transporte era agora constituído por cerca de oito centenas de deportados. O bombardeamento da via-férrea obrigou a um transbordo dos deportados, que tiveram de percorrer a pé os 17 km até Sorgues, onde embarcaram num outro comboio e continuaram o trajeto em direção à Alemanha. Em Sorgues, os habitantes receberam ordem de recolhimento obrigatório durante a travessia da localidade pelos deportados. A viagem prolongou-se durante todo o mês de agosto, sob um sol escaldante, deambulando o comboio pelo leste de França entre bombardeamentos das vias e dificuldades causadas pelo caos que se instalara desde que a Normandia fora invadida, a 6 de junho. Chegou finalmente a Dachau a 28 de agosto de 1944, com apenas 536 deportados, dos quais 10 eram portugueses. A viagem interminável, o acaso do trajeto e o silêncio imposto às populações levaram a que este transporte ficasse, por isso, conhecido como o grupo do «Comboio Fantasma».

Abel de Carvalho nasceu a 4 de fevereiro de 1890, em Vila Verde, concelho de Alijó. Casou-se ainda em Portugal, em 1919, com Teresa Gomes. Exercia o

ofício de pintor. Emigrou para França em 1931, tendo-se instalado na Região Centro. Começou por trabalhar na construção da barragem de Marèges (Cantal), mas, em 1935, fixou residência em Brive-la-Gaillarde. Foi preso em 1941 e condenado pelo Tribunal de Brive a 14 meses de prisão por roubo, ocultação e cumplicidade, tendo cumprido a pena na prisão de Eysses, onde se encontravam detidos antigos milicianos das Brigadas Internacionais, nomeadamente Luís Ferreira, condenado em Lião por distribuição de imprensa do PCF, partido que tinha sido interdito em setembro de 1939. Expulso de França em dezembro de 1942, Abel de Carvalho foi enviado no final da pena para o campo de Noé, perto de Toulouse, para aguardar o repatriamento para Portugal. Noé servira de «campo hospital» para doentes e idosos, tendo sido depois transformado em campo de triagem. No entanto, e sem que se conheça a razão, foi transferido a 21 de janeiro de 1944 para o campo do Vernet e internado no quarteirão dos trabalhadores do campo, sujeito a um regime menos rigoroso, onde se encontrava quando os alemães evacuaram o campo com destino ao referido «Comboio Fantasma» a 30 de junho. De Dachau, Abel de Carvalho foi transferido para Mauthausen, concretamente para o subcampo de Gusen, onde morreu a 5 de fevereiro de 1945, no dia seguinte ao seu 55.º aniversário. O seu nome figura no Memorial do Campo de Mauthausen.

Alberto Guerreiro Mateus (Mateus Guerreiro segundo Registo de Presos da PVDE) nasceu a 3 de março de 1897, em Serpa, mas residia em Lisboa, na rua de Santa Justa, onde exercia o ofício de sapateiro. Era casado e pai de seis filhos. Militante comunista,

esteve preso durante alguns meses em 1935, sendo novamente detido para averiguações a 7 de julho de 1937, no âmbito da investigação policial do atentado a Salazar. Porém, acabou por ser solto em inícios de setembro, aproveitando a liberdade para sair clandestinamente de Portugal. Em França, alistou-se nas Brigadas Internacionais e atravessou clandestinamente a fronteira franco-espanhola a 4 de janeiro de 1938, conjuntamente com dois outros voluntários portugueses. Foi gravemente ferido em combate e evacuado num comboio sanitário, a 28 de agosto de 1938, para França. Recebeu tratamento num hospital da região parisiense, onde ficou internado até abril de 1939, sendo depois apoiado por um comité de solidariedade para com a Espanha republicana. Da participação na Guerra Civil de Espanha, guardará uma atrofia do braço e amputação do índice da mão esquerda, ficando mutilado para sempre. No final da primavera de 1939, a polícia francesa reforçara os controlos de identidade nos hospitais que acolhiam feridos da guerra civil, e passou a internar em Gurs os estrangeiros em situação irregular. Vendo-se em perigo em Paris, Alberto Mateus Guerreiro refugiou-se em Sedan, nas Ardenas, onde existia uma ativa delegação da Federação dos Emigrados Políticos em França. Apanhado num controlo de polícia, foi notificado da expulsão do território francês por estadia ilegal e internado em Gurs, no verão de 1939. Na véspera da invasão alemã, Alberto Mateus Guerreiro, conjuntamente com o pequeno núcleo de comunistas portugueses e os últimos brigadistas de Gurs, foram evacuados pelo comandante do campo para Argelès-sur-Mer. Em finais de março de 1941, no

rescaldo de uma revolta interna contra a deportação para o Norte de África dos elementos politicamente ativos, uma parte do grupo português acabou por ser enviada para o campo disciplinar do Vernet. Pouco depois, em junho do mesmo ano, Alberto Mateus Guerreiro ainda foi transferido para o campo de Noé com vista ao seu repatriamento para Portugal, mas acabou por regressar ao Vernet a 11 de março de 1944. A 30 de junho, foi deportado para Dachau, onde faleceu a 29 de abril de 1945.

Américo da Costa nasceu no Porto a 13 de junho de 1896. Operário não especializado, emigrou para França em junho de 1919 com um contrato de trabalho para uma fábrica do Creusot, onde se manteve até 1921. Residiu depois em Vouziers e Paris, acabando por se instalar em Rouen, cidade industrial ligada à indústria química. Viveu maritalmente com uma francesa, com quem teve quatro filhos. Apesar de filado na CGT, central sindical afeta ao Partido Comunista Francês, não parece ter mantido uma atividade política. Em 1938, foi preso e condenado a 5 anos de reclusão e 10 de interdição de estadia em França, por «abuso sexual e agressão» nos termos do processo pessoal, condenação seguida de expulsão do território francês por decreto de 15 de junho de 1939. Cumprida a pena, em outubro de 1943, foi enviado por ordem do Perfeito do Gard para o campo do Vernet, ficando internado no Quarteirão C, destinado aos «suspeitos do ponto de vista nacional», Barraca 41. Apesar do pedido de repatriamento para Portugal ter sido aceite pelo diretor do campo, encontrava-se ainda no Vernet na data da evacuação alemã. Deportado para Dachau, Américo da Costa sobreviveu ao sistema

concentracionario nazi. Regressou a França a 27 de julho de 1945, tendo sido repatriado pelo Centro de Estrasburgo.

António Ferreira nasceu em Vila Real, a 22 de março de 1895. Soldado do Corpo Expedicionário Português, é desmobilizado em França, residindo ininterruptamente no país, primeiro em Reims, depois em Bordéus, Royan e, em 1928, instala-se definitivamente em Limoges. Em 27 de novembro de 1941 é condenado a dois anos de prisão e dez anos de interdição de permanência em França pelo Tribunal Militar de Périgueux por atentado contra a segurança do Estado. No final da pena é transferido para o campo Vernet, onde fica a aguardar a execução da medida de expulsão e o conseqüente repatriamento para Portugal. Encontra-se ainda no Vernet aquando da evacuação do campo pelos alemães. Deportado no «Comboio Fantasma» para Dachau, foi transferido sucessivamente para os campos de Flossenbürg e Bergen-Belsen, onde se encontrava a partir de 7 março de 1945. Ignora-se se sobreviveu².

2 Por lapso, na edição anterior, publicou-se a biografia de António Ferreira, nascido em Vila Real, a 25 de dezembro de 1897, e também ele vítima do nazismo, no lugar da que agora se publica, do seu homónimo, conterrâneo e igualmente combatente na I Guerra Mundial, mas nascido a 22 de março de 1895. Aquele, ao contrário do que se disse na 1.^a edição, não foi passageiro do «Comboio Fantasma». O trabalho de Patrícia Carvalho, publicado na edição do jornal *Público* de 30 de maio de 2021, quando a presente obra se encontrava já no prelo, confirma a identidade dos dois transmigrantes e os trajetos diferenciados no sistema concentracionário.

Casimiro Martins nasceu a 12 de março de 1906 em São Clemente, concelho de Loulé. Era mineiro. Foi preso pelas autoridades alemãs a 10 de junho de 1944, em Sassis (Hautes-Pyrénées), conjuntamente com sete companheiros franceses e espanhóis, por suspeita de fornecimento de víveres à Resistência e ajuda ao atravessamento clandestino da fronteira. Internado na prisão de Saint-Michel em Toulouse até 1 de julho de 1944, acabou por integrar o contingente do «Comboio Fantasma». De Dachau foi transferido, a 25 de outubro de 1944, para Neuengamme, vindo a falecer neste campo a 18 de dezembro de 1944.

Delfim Ribeiro da Cunha nasceu a 1 de março de 1887, em Lousada (presumivelmente o município de Lousada do distrito do Porto). Era viúvo e tinha dois filhos de 11 e 7 anos, que residiam naquela localidade portuguesa. Combateu durante a I Guerra Mundial na frente da Flandres, onde foi ferido. Desmobilizado no final da guerra, exerceu diversas profissões, nomeadamente toneleiro e pedreiro. Emigrou para França em 1928, tendo trabalhado em Tarbes e, mais tarde, em Tours. Em 1932, encontrava-se empregado na eletrificação da linha Paris-Toulouse, circulando entre Châteauroux, Limoges e Brives para acompanhar os estaleiros da obra. Acabou por se fixar em Châteauroux, em 1934. Pelo roubo de uma galinha, foi condenado, em julho de 1942, a 10 meses de prisão pelo Tribunal de Limoges e expulso de França pelo decreto de 14 de novembro de 1942. No final da pena, foi internado no Vernet por ordem do prefeito de Limoges, para aguardar repatriamento para Portugal. Acabou por ser deportado para Dachau e transferido, a 14 de setembro de 1944, para o recém-criado subcampo de Melk, dependente de

Mauthausen. Morreu a 4 de abril de 1945, a poucos dias da libertação do campo. Tinha 58 anos.

João António Fernandes, natural de Gondoriz (Arcos de Valdevez), nasceu a 5 de junho de 1911. Entrou para a Resistência em 1943 através do movimento *Armée Secrète*. No início de junho de 1944, tomou parte nos combates travados em Mouleydier (Dordogne) contra as forças alemãs, mas foi preso durante os confrontos, a 21 de junho. Encarcerado no forte de Hâ, em Bordéus, foi integrado no contingente do «Comboio Fantasma» e deportado para Dachau. A 14 de setembro, foi transferido para Mauthausen, onde esteve durante um mês, e, a 18 de outubro de 1944, para o campo de Natzweiler-Struthof (a cerca de 50 km de Estrasburgo). Sobreviveu à deportação e foi repatriado a 21 de maio de 1945 pelo Centro de Sarrebourg.

Em novembro de 1945, o *Diário Popular* publicou uma longa reportagem sobre um prisioneiro português do campo de concentração de Dachau, que apelidou de «O Homem que veio do Outro Mundo». Tratava-se de José Agostinho das Neves, que o jornalista Fernando Teixeira entrevistara em Paris depois da sua libertação. José Agostinho das Neves nasceu em Lisboa a 25 de abril de 1905. Anarquista e opositor à Ditadura, encontrava-se exilado em França desde final dos anos 20. Trabalhava em Paris, onde, segundo contou ao jornalista que o entrevistou, era proprietário de uma «Agência de Livraria». Sabe-se, no entanto, que a sua situação económica era frágil, tendo mesmo recorrido à assistência republicana e trabalhado na construção civil para conseguir manter-se na capital francesa. Era casado com uma irmã de Luis Badessi, um

anarquista de origem italiana que viveu no Porto, e tinha uma filha. Considerado «suspeito do ponto de vista nacional» devido à atividade política, foi expulso de França em dezembro de 1939, notificação que a polícia francesa apenas conseguiu executar em maio de 1940, altura em que Agostinho das Neves foi preso e internado no Vernet, no Quarteirão C, tendo posteriormente transitado para o T, reservado aos trabalhadores do campo e onde estes gozavam de um regime de internamento mais livre, podendo mesmo sair do campo. José Agostinho das Neves continuava internado no Vernet quando os alemães tomaram conta do campo, em maio de 1944. A 30 de junho desse ano, foi enviado, juntamente com outros prisioneiros, para a Caserna *Caffarelli*, de onde o transporte tomou a direção da Alemanha. No seu vagão seguia um outro português, que foi atingido por uma bala na perna durante a viagem. Em Dachau, foi internado no Bloco 22, tendo sido matriculado com o número 94 250, e posteriormente transferido para o subcampo de Allach. Foi vítima de tifo e disenteria e, por esse motivo, não foi transferido para Hamburgo quando os alemães evacuaram o campo. Estava em Dachau quando as forças armadas norte-americanas atravessaram o seu portão, a 29 de abril de 1945. José Agostinho das Neves foi posteriormente repatriado pelo Centro de Müh-lhausen (Turíngia), regressando a Paris.

José de Oliveira Varzia (Varjia? Várzea?) nasceu a 7 de outubro de 1895, em S. João de Bastuço, no concelho de Barcelos. Internado no Vernet em data e por motivos desconhecidos, foi enviado para Dachau, onde foi registado com o número 94 255. Desconhece-se o seu percurso após a chegada a Dachau.

Tomás Vieira nasceu a 7 de março de 1890 em Paderne, Albufeira, no Algarve. Conhecemos bem a sua biografia. Segundo o registo de batismo, Tomás era um exposto que fora encontrado por José d'Oliveira, lavrador, às 8 horas da noite do dia 8 de março de 1890. Casou civilmente com Cândida de Jesus, no dia 20 de novembro de 1920. Emigrou sozinho para França, onde foi proprietário de um café-mercearia, e só mais tarde a mulher e as filhas partiram ao seu encontro. Vieira pertenceu à Federação dos Emigrantes Portugueses em França, fundada em março de 1937. Foi preso, por razões políticas, na grande rusga de 2-3 de setembro de 1939 e internado na prisão da Santé (Paris). A 12 de outubro, foi «inaugurar» o campo de Vernet, transformado em campo repressivo para estrangeiros. As repetidas intervenções do cônsul-geral de Portugal em Paris, José Luís Archer, junto da administração francesa, em favor da sua libertação, encontraram a oposição do prefeito da Haute-Garonne, que o considerava um comunista perigoso, a ser mantido no campo ou repatriado para Portugal. Permaneceu internado no campo de Vernet durante quase cinco anos, até à sua evacuação, a 30 de junho de 1944, pelos ocupantes nazis. À chegada a Dachau, recebeu o número de prisioneiro 94 329. Logo a 14 do mês seguinte foi transferido para o subcampo de Ebensee — que tal como Dora-Mittelbau, era um campo subterrâneo destinado a esconder a produção de armamento, pelo que também ali a taxa de mortalidade era elevadíssima, devido às duras condições de vida e de trabalho e às baixas temperaturas pela ausência de luz solar. Faleceu em 16 de novembro de 1944, às 17.45 h, de broncopneumonia, segundo os obsessivos registos da SS.

Para além dos deportados do «Comboio Fantasma», mais de uma dezena de outros portugueses passaram pelo campo de Dachau. Um deles foi José de Abreu. Este nasceu em Infantas, no concelho de Guimarães, a 15 de fevereiro de 1920, filho de António e de Maria da Conceição. A família emigrou para França quando José era ainda muito pequeno. No início da II Guerra Mundial, vamos encontrá-lo em Villeurbanne, a trabalhar como operário especializado (montador). Ingressou na Resistência logo após a ocupação alemã. Começou por distribuir propaganda e jornais clandestinos, e em junho de 1941 entrou no movimento *Libération Nationale* (Liberção Nacional). Foi no âmbito deste movimento que foram organizados os primeiros *Groupes Francs* (Grupos Francos) da região lionesa, sendo José de Abreu um dos elementos ativos da organização. Ascendeu a chefe de grupo, e enveredou pela ação direta, colaborando em operações de sabotagem e de libertação de patriotas detidos pelos alemães. Foi citado duas vezes em Londres, nomeadamente pela ação no Creusot, em novembro de 1943, em que foram sabotadas as vias de comunicação e de energia. Foi um dos elementos do grupo que preparou a evasão da prisão de Montluc de Raymond Aubrac, um dos chefes de maior vulto da Resistência na zona sul. Aubrac tinha sido preso conjuntamente com Jean Moulin, a 21 de junho de 1943, durante uma reunião da Resistência, acabando este, no entanto, por sucumbir, torturado pelos alemães. O plano foi arquitetado por Lucie Aubrac, esposa de Raymond, e consistia no ataque à viatura prisional da Gestapo durante a transferência de Raymond, de Montluc para uma outra prisão. O ataque ocorreu em plena

cidade de Lião, a 22 de outubro de 1943, e terminará vitoriosamente com a libertação de 14 patriotas, no que foi a ação de maior projeção em que participou José de Abreu, que se fazia então passar por Jean Messonnier, um padeiro nascido na mesma data.

Após a evasão de Aubrac, a polícia alemã acentuou a repressão, acabando o português por ser preso no regresso de uma missão, a 24 de dezembro de 1943, no decorrer de uma ação de controle de identidade executada pela Gestapo conjuntamente com a milícia nas ruas de Lião. José de Abreu foi julgado pela Secção Especial do Tribunal de Relação de Lião, a 22 de maio de 1944, e condenado a 3 anos de prisão por «falsa identidade com objetivos terroristas», sem que a polícia tenha conseguido descortinar a verdadeira identidade de Jean Messonnier. Cumpriu pena na prisão St. Paul, em Lião. Quando os alemães começaram a esvaziar as prisões e os campos de internamento franceses após o Desembarque dos Aliados na Normandia, José de Abreu foi deportado para Dachau, a 29 de junho de 1944, conjuntamente com os demais detidos da prisão de St. Paul.

Pouco tempo após a chegada ao campo de concentração, foi transferido para Leitmeritz, na Checoslováquia, e internado no Bloco 5-A. José de Abreu foi colocado num comando de trabalho que comportava poucos franceses, e afeto ao trabalho nas galerias subterrâneas, extremamente húmidas, onde os alemães pretendiam construir uma fábrica. O quotidiano pautava-se pelo trabalho exaustivo, os maus-tratos e as doenças. Em janeiro de 1945, durante a distribuição da sopa, José de Abreu deixou cair a panela e, ao abaixar-se, um guarda desferiu-lhe um

violento golpe, que lhe deixou uma ferida exposta na mão direita e a fratura do auricular. As enfermidades moldaram-lhe o quotidiano: contraiu uma broncopneumonia, tifo e uma adenopatia inguinal. A subnutrição e as doenças provocaram uma importante perda de peso. Apesar do estado de fraqueza em que se encontrava, José de Abreu teve ainda força para sobreviver à evacuação do campo e às marchas da morte. A libertação pelos Aliados, salvou-o de uma morte certa. Foi repatriado a 27 de maio de 1945.

José de Abreu foi condecorado com a Legião de Honra e a Cruz de Guerra em 3 de maio de 1946 pelos serviços prestados na Resistência. No entanto, as sequelas físicas da deportação impediram o retomar do curso normal da vida. A fratura deixou-lhe uma deformação óssea e reumatismo nos braços e nas pernas, com dores constantes de cabeça, perda de memória e uma extensa lista de efeitos nefastos para ele e para a família, fruto de uma militância sem a qual a Europa não teria sido liberta do nazismo.

3.4

KL BUCHENWALD (Weimar, Alemanha)

Buchenwald, nome que significa «floresta de faias ou faial», foi um KL masculino construído a partir de 1937, a 8 km da cidade de Weimar, na Turíngia. Não foi certamente por acaso, ou por razões económicas, que esta cidade foi escolhida para instalar um campo novo. Havia uma relação fortíssima entre o nacional-socialismo, Hitler e a cidade de Weimar que, com este ato, como que pretendeu nazificar definitivamente. Foi na colina de Ettersberg, local de



Buchenwald



Buchenwald — Portão principal

passeio e recreio dos habitantes e onde se encontrava um carvalho de grande porte e significado para o escritor símbolo da cultura alemã — Johann Wolfgang von Goethe —, que o campo viria a ser instalado, com a imponente árvore no centro. Tal como os milhares de prisioneiros que por ali passaram, sofreram e morreram, também ela estava internada. E não sobreviveu. Ardeu em agosto de 1944 e, posteriormente, o seu tronco foi cortado.

A fixação do campo neste espaço tem também, naturalmente, um forte simbolismo e constitui uma mensagem clara acerca do desprezo que o nacional-

-socialismo tinha para com a cultura alemã, reconhecida pela Europa. Era como se o *Reichsführer* da *Schutzstaffel* (o comandante militar supremo da SS), Heinrich Himmler, e o ainda *SS-Gruppenführer*, o inspetor dos campos, Theodor Eicke, que tomaram a decisão de criar Buchenwald naquele local, continuassem com a queima dos livros, tal como a da noite de 10 de maio de 1933 em Bebelplatz, profanando a cultura alemã.

A partir de julho de 1937, foi então construído este novo campo de concentração. Um dos mais violentos. Foi projetado para receber em permanência 6000 presos, mas podia ser ampliado em função das necessidades de espaço.

O portão recebia quem ali entrava com a mensagem de «boas-vindas»: «*Jedem Das Seine*» («A cada um o que lhe é devido»). Caso único no sistema concentracionário e muito distinto da mais vulgar: «*Arbeit macht frei*» («O trabalho liberta»). A 15 de julho de 1937, chegaram os primeiros presos, transferidos de três campos mais antigos, entretanto encerrados. Pouco depois, recebeu 500 «criminosos profissionais». No início de setembro, o campo contava já 2400 internados. Os detidos nas rusgas na Alemanha e Áustria, em 1938, foram ali internados em grande número. No final daquele ano eram 11 000, controlados por 500 *kapos*. Antes mesmo do início da guerra, o campo cresceu rapidamente, se excetuarmos o momento da libertação dos judeus do *pogrom* de novembro de 1938, a quem os bens foram confiscados. Entre janeiro de 1938 e a invasão da Polónia, em setembro de 1939, Buchenwald era o campo mais mortífero, devido também aos surtos de epidemias, como o de febre tifoide nos finais de 1938

(Wachsmann, 2015, pp. 106-9, 133, 154, 158 e 180). Às doenças somavam-se a sede, a fome, a falta de higiene e de cuidados médicos, os maus-tratos e brutalidades, os homicídios, as «experiências médicas» e o trabalho escravo. Situações que de uma forma ou de outra são comuns a todos os outros campos.

Em outubro de 1939, havia em Buchenwald 12 775 prisioneiros, um número que iria decrescer nos anos seguintes, sendo apenas ultrapassado na primavera de 1943. Ocupando mais de 100 hectares ainda em 1937, Buchenwald chegou a ter 91 subcampos no outono de 1944 (Wachsmann, 2015, p. 474), o que fez dele um dos maiores complexos da rede concentracionária no interior das fronteiras da Alemanha.

Estima-se que tenham passado por Buchenwald mais de 250 000 prisioneiros e que cerca de 56 000 tenham ali perecido. As causas de morte foram múltiplas, destacando-se o facto de o campo ter servido de verdadeiro «laboratório da indústria farmacêutica». Segundo, entre outros, Ernst Klee, especialista no estudo dos crimes médicos dos nazis, em Buchenwald e noutros campos, usaram-se cobaias humanas para todo o tipo de experiências sádicas (Klee et al., 1991; Klee, 1997, *apud* Wachsmann, 2015, p. 449).

A libertação do campo pelas tropas do 3.º Exército dos Estados Unidos, comandado pelo general George S. Patton, ocorreu no dia 11 de abril de 1945.

Buchenwald foi o destino de alguns dos portugueses deportados a partir de França. A maioria deles não sobreviveu. Entre os que pereceram, encontrava-se José Augusto Rodrigues. De acordo com o assento n.º 485/1921 no livro de registo de nascimentos da Conservatória do Registo Civil de Cascais, José

Augusto Rodrigues nasceu às 22 h no dia 27 de novembro de 1921. O pai, Ângelo José, de 24 anos, era «maquinista» e residia em Cascais, de onde também era natural. A mãe, Ada José, que contava a mesma idade, era doméstica, e tinha nascido em Marselha (França). O apelido «Rodrigues» foi recuperado, assim, por via da avó paterna — Maria José Rodrigues —, pois José Augusto era neto de avô incógnito.

Só voltamos a encontrar notícias a seu respeito na «Relação dos Mancebos da Freguesia de Cascais que não compareceram para a inscrição no recenseamento militar», de 1941, em que aparece, na coluna da «localidade» do domicílio, «Quirino», o que pressupõe que residia nas conhecidas «casas do Quirino». Curiosamente, o seu padrinho de batismo foi Quirino Vicente, um «pedreiro» de Cascais daqueles anos. Os serviços autárquicos averbaram a lápis a seguinte nota: «Vive em França». Facto, portanto, público na época, e comprovado na documentação oficial militar, onde é dado como «compelido», de acordo com o Artigo n.º 49 da Lei n.º 1961, de 1 de setembro de 1937, ou seja, faltou ao recenseamento militar, e, portanto, à inspeção, não podendo ser avisado de que se deveria apresentar. Não sabemos quando e porque emigrou para França, mas, em 1941, já se encontrava a residir naquele país.

Foi apenas nos registos de Buchenwald que voltámos a encontrar José Augusto Rodrigues. Além da SS ter averbado na ficha individual do prisioneiro um conjunto de informações confirmadas por outras fontes primárias, dão-nos outros dados relevantes que nos permitem conhecer um pouco melhor o seu percurso. Chegou a Buchenwald depois de dois dias de viagem, no transporte que

partiu de Compiègne a 17 de janeiro de 1944 e onde seguiam mais dois portugueses: João Faria de Sá e Manuel Alves. Foi internado no dia 19 com o número 40 857. Declarou ser padeiro e tinha uma característica física distintiva: a ausência do dedo indicador da mão esquerda. Os carcereiros registaram-no como «Prisioneiro Político» e «Católico».

Essa classificação de «preso político» é pouco reveladora, dado os deportados franceses serem classificados como «políticos», mesmo quando a razão da deportação não corresponde a esta categoria. José Augusto Rodrigues foi preso por fuga ao STO. Desconhecemos a prisão ou prisões pelas quais passou, tanto mais que entre a data de detenção e a deportação decorreram cerca de sete meses. Segundo a ficha do campo de Buchenwald, confirma-se que era filho de Ângelo e Ada José, tinha 1,76 m de altura, olhos verdes e cabelo negro. Vivia então na terra da sua mãe, a cidade de Marselha, no Boulevard Bonnes Grâces, n.º 41, endereço que deu aquando da detenção a 23 de julho de 1943.

O espólio pessoal que levou para o campo foi apreendido a favor do Reich. Não iria precisar dele, pois em troca recebeu a farda de prisioneiro. A minúcia da SS levou a que hoje saibamos detalhadamente os bens pessoais que lhe foram confiscados: «1 mala; 1 gorro ou boné; 1 par de sapatos pretos; 5 pares de meias; 1 colete de cabedal; 2 pares de calças; 1 colete; 2 *pullovers*; 1 cachecol; 1+4 camisolas; 2 cuecas; 3 toalhas; 2 lenços de mão; 1 luva de banho; 3 cintos; 1 gravata; 1 porta-moedas; 1 conjunto de barbear/2 pentes; 1 navalha/1 pincel para a barba; fotografias.»

Atribuíram-lhe um lugar no Bloco 58 da Secção 25. Desconhecemos em que momento, entre

19 de janeiro e 2 de março de 1944, se deu a transferência de José Augusto Rodrigues para o «Campo 2» de Buchenwald, também denominado «Campo Especial» ou «Pequeno Campo». Tendo já este existido em 1938 para os prisioneiros do *pogrom* de novembro e os polacos capturados em 1939, fora depois fechado no início de 1940. O «Pequeno Campo» tinha sido reconstruído em 1942 para servir de reduto de quarentena, o que significa que a sua população era constituída por doentes e subnutridos. Tinha-se convertido num espaço de morte para doentes terminais. Possivelmente, José Augusto estava doente, mas pode ter ficado nesse estado por ter participado em alguma «experiência médica», das muitas que ali ocorreram. O seu destino ficou assim definitiva e fatalmente traçado. A SS averbou, na ficha pessoal, a data — 2 de março de 1944 — e a causa da morte: «Tuberculose». Passaram apenas 44 dias depois de ter sido internado no campo. Tinha 22 anos.

A propósito do confisco dos bens dos prisioneiros a favor do III Reich, importa mencionar que um dos objetos conservados no International Tracing Service, e não reclamado, foi o relógio de pulso do português Paulo da Silva (Carvalho, 2015, pp. 139 e 255).

Nasceu em São Pedro do Sul, a 10 de janeiro de 1908. Vivia em França, também numa cidade termal: Volvic (Puy-de-Dôme). Preso numa rusga, foi deportado a 21 de maio de 1944, a partir de Compiègne, para o campo de Neuengamme, criado em 1938, a 15 km de Hamburgo. Ali recebeu o número de matrícula 31 228. Foi posteriormente transferido para o subcampo de Fallersleben, que fornecia mão de obra escrava a uma fábrica da *Volkswagen*.

Foi depois transferido para um subcampo — o de Wöbbelin, junto da cidade de Ludwigslust —, onde, em fevereiro de 1945, se instalou um campo para evacuação de prisioneiros de guerra oriundos de leste. Paulo da Silva foi libertado a 2 de maio de 1945. Depois do final da guerra, o seu relógio ficou à guarda do ITS, como todos os pertences dos deportados que ainda se conservavam nos campos, para que pudessem ser reclamados. Em 2020, e porque nem Paulo da Silva nem nenhum dos seus familiares o reclamara, apesar dos esforços despendidos pelo ITS, o relógio foi cedido condicionalmente ao Museu Nacional da Resistência e da Liberdade (Péniche) da Direção-Geral do Património Cultural.

Ainda a propósito do campo de Buchenwald, merece destaque João Nunes Rodrigues, que nasceu em 17 de março de 1919 em Águas Belas (Sabugal) e residia com os pais e irmãos em Divion, no departamento do Pas-de-Calais, região na qual o Corpo Expedicionário Português (CEP) tinha estacionado durante a Grande Guerra, e onde numerosos emigrantes se instalaram após o seu término, nomeadamente soldados desmobilizados em França. Durante a II Guerra Mundial, João Nunes terá sido incorporado na cavalaria motorizada, Caçadores n.º 5, cujo quartel era em Argel, mas foi desmobilizado em abril de 1941 e regressou a Divion. Também um dos seus irmãos se bateu pela França, mas foi feito prisioneiro e internado num campo para prisioneiros de guerra (*Stalag*). Na primavera de 1942, João Nunes começou a distribuir imprensa clandestina e panfletos por conta do *Front National* (Frente Nacional), movimento comunista ativo na região, fornecendo igualmente aos resistentes

locais importante informação para a sabotagem de linhas telefónicas. Decidido a juntar-se ao exército da França Livre, na África do Norte, tentou atravessar os Pirenéus, mas foi preso a 8 de maio de 1943 pelos alemães em Oloron-Sainte-Marie, perto de Pau, com dois outros companheiros. Levado para a *Kommandantur*, a delegação local da administração militar, foi torturado pela Gestapo durante várias horas, sendo depois transferido para o forte do Hâ, em Bordéus, e, a 12 de junho, para Compiègne, de onde foi deportado para Buchenwald. O comboio chegou ao campo a 27 de junho, sendo João Nunes Rodrigues registado com o n.º 14 093. Em meados de setembro, foi transferido para o subcampo de Dora-Mittelbau, instalado no subsolo, em túneis de uma antiga mina, e onde os deportados eram obrigados a trabalhar e viver. Quando a oportunidade se apresentava, João Nunes Rodrigues, que trabalhava como serralheiro mecânico, sabotava as peças, perfurando-as de modo a que ficassem inutilizadas, sendo em seguida violentamente punido pelo *kapo*. Permaneceu em Dora-Mittelbau até abril de 1945, data em que foi evacuado para Mauthausen e Ravensbrück, durante as «marchas da morte». Foi libertado em Ravensbrück pelo Exército Vermelho, a 5 de maio de 1945. Repatriado, regressou a Divion a 19 de maio. No entanto, o agravamento de um ferimento sofrido em Ravensbrück obrigou a um internamento hospitalar em Béthune. A deportação deixou-lhe sequelas irreversíveis: astenia, carácter irritável, problemas cardíacos, pulmonares e digestivos, artrose na coluna lombar e ombros, tendo igualmente perdido uma parte da dentição.

No mesmo comboio, seguia um outro prisioneiro que importa destacar: Émile Henry.

Émile Marcel Henry era filho de um comerciante e vice-cônsul francês em Moçambique. Nasceu em Lourenço Marques, a 3 de setembro de 1920. Aos 8 anos, foi mandado estudar para um colégio interno em França; alguns anos mais tarde, juntou-se aos pais, que residiam então em Portugal. Viveu em Lisboa e no Porto. Atleta na modalidade de remo, foi apurado para os Jogos Olímpicos de Helsínquia de 1940, que não se realizaram devido à eclosão do conflito.

Por ter a nacionalidade francesa, foi compelido a regressar a França, para cumprir o serviço militar, tendo sido incorporado numa unidade de *Chasseurs Alpins* (Caçadores Alpinos). Foi desmobilizado depois da França ter assinado o armistício com a Alemanha a 22 de junho de 1940. Émile Henry residiu em Cannes até 1943, altura em que foi requisitado para o Serviço de Trabalho Obrigatório (STO), mas não compareceu à convocatória. Nessa altura, Émile tentou atravessar a fronteira, quiçá para se juntar às Forças Francesas Livres. A 8 de abril de 1943, foi preso a bordo do comboio que ligava Prades a Osséja, na fronteira franco-espanhola, junto a Andorra, numa tentativa clandestina de passar essa fronteira. Acabou internado na prisão de Mont-Louis, nos Pirenéus Orientais, e transferido pouco depois para Compiègne. A 25 de junho de 1943, foi deportado para Buchenwald, no que foi o primeiro transporte de massa em direção a este campo, onde chegou dois dias depois.

Émile Henry legou-nos um importante testemunho, em português, publicado pela Editorial

Ibérica no Porto, no imediato pós-guerra, que o nosso projeto resgatou do esquecimento. Trata-se do livro *A Morte Lenta: Memórias dum Sobrevivente de Buchenwald*, escrito pelo próprio, de que se conhecem pelo menos duas edições de cem exemplares, esgotadas no início de 1946. O livro relata a terrível experiência concentracionária, e é ainda ilustrado com fotos que tinham sido recolhidas escassos meses antes. Diz-nos o editor que Henry as solicitou diretamente às tropas americanas durante a libertação do campo. O prefaciador do livro não é um anónimo: trata-se de Domingos Monteiro, autor de «O Mal e o Bem», entre outras obras publicadas na mesma editora, e figura da oposição democrática, que virá a ser diretor do Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian.

Segundo o testemunho da família, terá existido a intenção — e quiçá o manuscrito — de produzir uma versão francesa do livro, mas que nunca chegou a ser publicada.

A Morte Lenta: Memórias dum Sobrevivente de Buchenwald não é o único relato em português. Um dos portugueses do «Comboio Fantasma», José Agostinho das Neves, concedeu uma entrevista em Paris, em novembro de 1945, ao jornalista do *Diário Popular*, Fernando Teixeira, e que foi publicada em duas partes. Todavia, a obra de Émile Henry é, para já, o único livro editado originalmente em português, na primeira pessoa, sobre uma história de vida nos campos de concentração do III Reich.

Vale a pena salientar que o título da obra — *Morte Lenta* — poderá não ser inocente. Era a designação que, na época, também se dava ao campo de

concentração do Estado Novo no Tarrafal (Ilha de Santiago, Cabo Verde), aberto a 23 de abril de 1936, tendo Dachau como modelo. Provavelmente, a Domingos Monteiro ou ao editor se deverá a escolha do título para o livro.

3.5

KL SACHSENHAUSEN (Berlim, Alemanha)

Sachsenhausen foi um campo de concentração, misto, criado na cidade de Oranienburg, a 12 de julho de 1936, junto à capital do Reich: Berlim. Como assinala Wachsmann (2015, p. 108), o primeiro de uma série de campos de uma nova geração, «grandes e modernos», criados pela dupla Heinrich Himmler e Theodor Eicke. Esta instalação substituiu um pequeno campo que ocupava uma antiga fábrica de cerveja. Sucessivamente ampliado, como era comum, o campo tinha uma planta especial em forma de triângulo, quase equilátero, de 600 metros de lado, e ocupava 18 hectares. Era o único campo que copiava claramente uma forma geométrica.

Sachsenhausen era também sede de um poderoso serviço da SS — a Inspeção de Campos de Concentração (*Inspektion der Konzentrationslager*) —, de onde emanavam as ordens para todos os campos. Podemos assim dizer que, apesar de não ser o campo mais antigo, lugar ocupado por Dachau, era o ponto central da rede de campos de concentração SS e do sistema concentracionário nacional-socialista. A sua proximidade em relação a Berlim ditou a receção maciça de prisioneiros em 1938, em particular no mês de novembro, na sequência do



«Em memória de todas as mulheres que foram e são violadas e forçadas à prostituição e todas as outras vítimas ♀ – Não serão esquecidas». Mauthausen

pogrom de novembro, mais conhecido como «Noite de Cristal». A crueldade deste campo ficou marcada pela matança, no verão de 1941, por fuzilamento, de 13 000 prisioneiros de guerra soviéticos.

Do ponto de vista produtivo, uma fábrica de tijolos, de impressionantes dimensões, foi reconvertida e colocada ao serviço da produção de armamento em 1942, consumindo uma imensa mão de obra escrava.

A 25 de maio de 1944, Himmler ordenara a Oswald Pohl, desde 1942 chefe do WVHA (Departamento Económico e da Administração Central da SS), que estabelecesse centros de investigação em alguns campos de concentração. A operação ficou a cargo do instituto Ahnenerbe da SS — que significa literalmente «Herança dos Ancestrais» — e sob a liderança de Walter Wüst. Himmler pretendia

que os prisioneiros dos campos fossem utilizados em investigações científicas em prol do III Reich, tratando-se, na prática, de trabalho forçado especializado. Em Dachau, por exemplo, o processo de seleção de cientistas foi entregue ao matemático Karl-Heinz Boseck. Os prisioneiros de Sachsenhausen, nomeadamente reputados falsificadores, foram também utilizados no plano de falsificação de moeda britânica, uma manobra financeira que visava desestabilizar a economia dos inimigos, conhecida por Operação Bernhard.

Em 1944, no quadro do esforço de guerra, o campo, e a rede de subcampos adstrita, atingiu a dimensão máxima, com um total de 62 subcampos e 14 comandos de trabalho exteriores (*Aussenkommando*). Numa contagem da SS, de 2 fevereiro de 1945, foram registados 69 858 prisioneiros, 13 659 dos quais eram mulheres, que se distribuíam pelas seguintes categorias: prisioneiros de países ocupados pelo III Reich, trabalhadores civis estrangeiros, mulheres, judeus, delinquentes profissionais, prisioneiros de guerra russos e outros, homossexuais, republicanos da guerra civil espanhola, eclesiásticos e testemunhas de Jeová (Morsch; Ley, 2010, p. 133).

Como em outros campos, Sachsenhausen foi palco de massacres e marchas da morte. No dia 21 de abril de 1945, um dia antes da chegada das tropas Aliadas, uma coluna de 33 000 prisioneiros iniciou uma marcha em direção a norte, ao mar Báltico, numa cadência de 20 a 40 km por dia, sem provisões. Milhares de prisioneiros morreram durante estas marchas. Os sobreviventes foram sendo sucessivamente libertados nos dias seguintes, ao ritmo do avanço dos Aliados.

Sachsenhausen foi finalmente libertado pelas tropas soviéticas e polacas nos dias 22 e 23 de abril de 1945. Estas encontraram no campo cerca de 3400 prisioneiros ainda com vida. Cerca de 300 morreriam nos dias seguintes devido a doenças várias.

Estima-se que por Sachsenhausen tenham passado cerca de 200 000 prisioneiros, dos quais 140 000 morreram no campo, entre eles Inácio Augusto Anta, em fevereiro de 1945. Este campo, à imagem de outros situados nos territórios que ficaram sob controlo soviético, como Buchenwald, foi transformado em Campo Especial de Reeducação Soviético imediatamente após o fim da II Guerra Mundial.

Inácio Augusto Gomes Anta nasceu na freguesia de Santa Maria, no concelho de Bragança, a 5 de abril de 1906. Era filho de um espanhol, Nicomedes de Afonso Anta, agenciador, e de uma portuguesa, Catarina dos Santos Gomes. Inácio alistou-se como voluntário no corpo de alunos da Escola Militar, sendo incorporado em novembro de 1925. Serviu de modo intermitente durante mais de nove anos, até outubro de 1935, sendo promovido a Alferes Miliciano em 15 de dezembro de 1936. Em julho de 1937, foi autorizado a ausentar-se para França e Suíça por um período de 180 dias, altura em que, provavelmente, se juntou aos republicanos espanhóis que lutavam contra as hostes de Francisco Franco, acabando por ser considerado desertor por não ter regressado ao serviço.

No Exército Republicano, foi capitão de artilharia, tendo dirigido operações na Andaluzia e na Catalunha, e, em 1938, foi promovido a major. Foi um dos combatentes portugueses que atravessou os Pirenéus no final de janeiro, depois da investida do

exército franquista. Esteve internado no campo de Argelès-sur-Mer, onde chefiou o grupo de portugueses, gerindo com dificuldade as rivalidades entre comunistas e anarquistas. Tentou travar as aspirações hegemónicas dos comunistas, tendo sido afastado do comando. Anta abandonou o grupo e mudou-se para o sector espanhol, onde exerceu a função de correspondente bibliotecário dos *Quakers*.

Desconhecem-se as circunstâncias que envolveram a sua saída do campo, mas a documentação do Arquivo das Vítimas dos Conflitos Contemporâneos coloca-o em Talence, a 4 de dezembro de 1942, altura em que terá sido preso pela polícia alemã no domicílio. Internado no forte de Hâ, foi depois deportado para o campo de concentração de Sachsenhausen, na Alemanha, no comboio que partiu de Compiègne a 24 de janeiro de 1943 transportando 1557 homens e 230 mulheres. Os homens foram enviados para o campo de Sachsenhausen, onde chegaram no dia 25, enquanto as mulheres seguiram para Auschwitz.

A sua esposa, Coloma Serós, nascida a 9 de julho de 1914 em Lérida, foi também deportada para a Alemanha. Era chefe do grupo de mulheres espanholas em Talence que albergava resistentes, transportava equipamento, sendo ainda responsável por diversas sabotagens. Foi presa e internada no forte de Hâ, em Bordéus (6 de janeiro a 10 de maio de 1942) e depois no forte de Romainville (11 de maio a 15 de outubro), tendo sido transferida para Compiègne (entre 16 de outubro e 21 de dezembro de 1942), de onde seguiria para a Alemanha a 31 de janeiro de 1944, no famoso «Transporte dos 27 000». Esteve internada nos campos de

concentração de Ravensbrück (entre 1 de janeiro de 1943 e 1 de janeiro de 1944) e em Bergen-Belsen (de 2 de janeiro de 1944 a 14 de maio de 1945). Foi libertada a 15 de maio de 1945 pelos ingleses e repatriada.

Inácio Anta não teve, no entanto, a mesma sorte. O luso-espanhol, prisioneiro n.º 58 427, foi recrutado para integrar a Divisão de Matemática do Instituto de Investigação Aplicada às Ciências Militares. Anta não sobreviveu ao internamento. Alguns documentos referem que morreu em fevereiro de 1945, provavelmente vítima de tuberculose, cerca de dois meses antes da libertação do campo pelos soviéticos, que ocorreu a 22 de abril. Outros avançam que faleceu em Lublin em abril de 1945, mas parece pouco provável que Anta tenha sido transferido para a Polónia numa altura em que já estava doente em Sachsenhausen.

3.6

KL RAVENSBRÜCK

(norte de Berlim, Alemanha)

A cerca de 90 km de Berlim, e um pouco mais a norte do KL de Sachsenhausen, na povoação de Ravensbrück, os nazis instalaram, em maio de 1939, um campo especificamente para mulheres, substituindo o campo de Lichtenburg, que até então tinha a mesma função, e que, tal como Dachau, remontava a 1933. Dada a proximidade a Sachsenhausen, foi dali que veio o grupo de prisioneiros que construiu as instalações do novo campo feminino, nos primeiros meses de 1939.

Com o campo de Mauthausen, instalado em agosto do mesmo ano, e o de Flossenbürg, inaugurado um ano antes, em maio de 1938, formavam a trílogia de «campos modernos», como eram designados pela dupla Himmler-Eicke. Não foi um campo com uma extensa rede de «campos satélites». Teve apenas 19 subcampos. É reconhecido o facto deste campo inicialmente ter melhores condições que os restantes, pelo que, em 1939, não se conhecem vítimas e, em 1940-1941, contam-se apenas uma centena. A criação de um campo destinado a mulheres implicou uma alteração na composição da guarda, que passou a ser feita, no interior do perímetro e nos contactos com as internadas, por mulheres auxiliares civis da SS (Wachsmann, 2015, pp. 108 e 236-240).

Estima-se que, por ali, tenham passado 132 000 prisioneiras de 23 países, mas o número de mortes é difícil de calcular. Deve situar-se entre as 30 000 e as 40 000. Deste campo, em março-abril de 1945, salvaram-se milhares de mulheres no âmbito da ação da Cruz Vermelha Sueca, negociada com Himmler, que ficou conhecida como Operação Bernadotte, que consistiu no transporte, rumo à liberdade, de presos em autocarros brancos para não serem bombardeados. Quando o Exército Soviético libertou o campo a 30 de abril, encontrou cerca de 3000 mulheres. Sendo o campo feminino de sistema concentracionário, ali foram internadas também algumas portuguesas. Falamos por exemplo de Maria de Azevedo Neves ou de Maria Barbosa.

Maria da Silva Leite nasceu a 21 de fevereiro de 1900, em Gião do Fundo (Vila do Conde). Em 1919, casou-se com Américo de Azevedo Neves, também

natural de Gião. A família emigrou no início da década de 20. Maurice, o terceiro filho do casal, terá já nascido em França a 8 de julho de 1924, em Méhari-court, no departamento do Somme, na fronteira com a Bélgica. A família acabou por se fixar em Albert, onde já residiam nas vésperas da II Guerra. Maria, Américo e o filho Maurice envolvem-se na resistência, alojam patriotas e transportam armas, sendo membros do movimento *Francs-Tireurs et Partisans Français* do Somme, sector de Albert.

Maria, mãe de seis filhos, era agente de ligação dos movimentos FTP e *Front National*. Foi presa pela Gestapo a 17 de novembro de 1943. Detida na prisão de Amiens, foi depois transferida para Compiègne e deportada para Ravensbrück a 31 de janeiro de 1944, no célebre comboio «dos 27 000» (matrícula 27 650), e internada no Bloco 13. A 20 de julho de 1944, foi enviada para Leipzig (matrícula 8845), passando pelos Blocos 15 e 9. Integrou o primeiro comando enviado de Ravensbrück para Hasag, para reconstruir a fábrica de munições, bombardeada pelos Aliados no início de 1944, e constituído principalmente por mulheres. Em setembro de 1944, o seu calcanhar esquerdo foi esmagado por uma carreta de obus, acidente que lhe deixará lesões irreversíveis, uma amiotrofia de 2 cm na perna esquerda, e fadiga na marcha. A 13 de maio, com o aproximar das tropas Aliadas, os deportados do comando Hasag foram evacuados a pé, num trajeto errático. Maria foi libertada em Polenz, no Saxe, a 15 de maio, tendo a sorte de sobreviver à «marcha da morte». Repatriada, passou pelo centro de acolhimento do hotel Lutétia, regressando à sua residência em Albert, onde a espera a notícia do

falecimento do marido no bombardeamento da prisão de Amiens, onde se encontrava detido.

No mesmo transporte, seguia uma segunda portuguesa, Maria Barbosa. Nascida a 23 de fevereiro de 1922 em Vilar das Almas, Ponte de Lima, emigrou com a família em data desconhecida. No início da guerra, a família reside na pequena localidade industrial de Brignoud (Isère), no bairro operário da Cité Laval, construído por Henri Fredet para alojar os operários das suas fábricas. Entretanto, Maria mudou-se para Saint-Fons, na periferia de Lião, onde trabalhava como empregada de café. Foi presa, a 10 de janeiro de 1944, no seu domicílio da avenida Albert Thomas, pela Gestapo, que procurava o companheiro, elemento do *maquis* de Claveissolles. Levada para interrogatório, passou pela prisão de Montluc e, depois, Compiègne, antecâmara da deportação, integrando o transporte de 31 de janeiro de 1944 para Ravensbrück. Recebeu o n.º de matrícula 27 864, permanecendo neste campo até 20 de junho, data em que foi transferida para o campo de Hanover-Limmer. A 5 de abril de 1945, os nazis procederam à evacuação do campo, e Maria foi transferida de novo para Bergen-Belsen, onde chega três dias depois, a 8 de abril. Pouco depois, a 15 de abril de 1945, as tropas inglesas libertaram o campo. No mesmo campo encontrava-se o irmão, Francisco. Este abandonara o domicílio familiar no início de 1944, para se juntar ao *maquis*, mas foi preso a 27 de fevereiro de 1944 e internado na prisão Saint-Paul, em Lião. Entregue às autoridades alemãs pela polícia francesa, foi deportado para Dachau, a 2 de julho de 1944, durante a vaga de evacuação para a Alemanha dos detidos das prisões

francesas. Francisco foi transferido para Buchenwald a 12 de dezembro, e imediatamente enviado para o subcampo de Ohrdruf. A 20 de março de 1945, é novamente transferido, desta vez para Bergen-Belsen, onde veio a falecer, em data desconhecida, pouco antes da libertação do campo.

3.7

KL AUSCHWITZ (Polónia)

Auschwitz é hoje o expoente máximo do sistema concentracionário do III Reich. É sinónimo de terror, de morte, de extermínio e, em suma, do Holocausto. O complexo de Auschwitz integrava um campo de concentração, um campo de extermínio e um campo de trabalho forçado, assim como dezenas de subcampos.

Auschwitz, na povoação polaca de Oswiecim, quando foi instalado a 27 de abril de 1940 pela SS como campo de concentração, aproveitava uma oportunidade logística: um quartel de uma unidade de artilharia vazio, pois o exército polaco tinha sido aniquilado na sequência do avanço militar alemão, a oriente, a partir de 1 de setembro de 1939. Acrescia que o local era servido por linhas férreas que se encontravam nas proximidades. A opção por um antigo quartel radicava ainda na necessidade de dar resposta à sobrelotação das prisões, que concentravam um importante número de prisioneiros políticos polacos. Só no outono de 1941 se construiu Auschwitz II-Birkenau —, a 3 km, mas Auschwitz I continuou a funcionar como campo principal e centro administrativo do complexo que

se compunha assim de 3 campos — Auschwitz I, Auschwitz II (Birkenau) e Auschwitz III (Buna-Monowitz, construído em 1942 para fornecer mão de obra a uma fábrica da *IG Farben*) — e de uma rede de dezenas de subcampos.

O campo que aqui nos interessa destacar é Auschwitz I, que concentrou todas as modalidades da pirâmide concentracionária, que vai de campo de concentração para prisioneiros políticos polacos a campo de extermínio.

O portão principal do campo, ícone do terror nazi, vulgarmente conhecido como a «Porta da Morte», ostenta a inscrição: «*Arbeit macht frei*» («Trabalho Liberta»). O campo tinha um perímetro de mais 2 km cercado por uma vedação dupla de arame farpado eletrificado, para evitar fugas de prisioneiros. Até 1943, os prisioneiros internados no campo eram fotografados. A partir desta data, passou a ser-lhes tatuado no braço o número de registo no campo (AA. VV., 2007, pp. 21 e 31).



Auschwitz — Portão de entrada

Em Auschwitz I, existia o «Bloco da Morte», um centro de detenção para presos suspeitos de «conspiração, insurreição e tentativas de fuga» (próprias ou dos companheiros), que eram condenados à morte através da fome ou do fuzilamento. Entre 1941 e 1943, a SS fuzilou milhares de pessoas, principalmente polacos (AA. VV., 2007, p. 18). Estima-se que cerca de 70 000 pessoas morreram em Auschwitz I, maioritariamente prisioneiros políticos polacos, prisioneiros de guerra soviéticos e judeus.

Também em Auschwitz I se usou o gás *Zyklon B*, que, de produto de desinfecção, passou a ser utilizado no gaseamento de seres humanos, nomeadamente judeus a partir de agosto/setembro de 1941. O forno crematório, com capacidade para cremar 340 cadáveres por dia, funcionou de agosto de 1940 a julho de 1943 (AA. VV., 2007, p. 10). Após janeiro de 1942, foi já orientado para o extermínio e o consequente «processamento» de cadáveres de gaseados na primeira câmara de gás do complexo, que podia matar



Auschwitz — Muro de fuzilamento

várias centenas de pessoas de uma só vez. Mas a câmara de gás de Auschwitz I foi deixando progressivamente de ser usada, pois o extermínio em massa passou a ser perpetrado em Birkenau, num novo complexo de câmaras de gás e fornos crematórios de grandes dimensões, construídos por empresas que garantiam que poderiam ser «processados» 4576 cadáveres por dia (AA. VV., 2007, p. 13). No total, em todo o complexo de Auschwitz, terão morrido mais de 1 milhão de pessoas. É um número esmagador, que fala por si. O campo foi libertado pelo exército soviético em 27 de janeiro de 1945.

No arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, encontra-se uma missiva assinada pelo emigrante Manuel Lopes e dirigida à Legação de Portugal em Vichy, com a data de 24 de abril de 1944. Manuel Lopes procurava informações acerca do seu irmão, Louis Lopes, nascido a 17 de janeiro de 1925, já em França, na localidade de Linas-Montlhéry, perto de Paris. Eram ambos filhos de emigrantes portugueses que tinham procurado trabalho em França, estando naquela altura empregados nas obras de construção do autódromo. É a documentação dos arquivos alemães e franceses que nos dá algumas pistas sobre este homem. Louis Lopes foi preso pelas tropas alemãs em Clermont Ferrand, a 10 de março de 1944, tendo sido deportado no comboio que partiu de Compiègne a 27 de abril do mesmo ano. 1670 homens foram transportados em vagões de mercadorias durante mais de três dias. A história deste comboio é conhecida dos historiadores. Era o terceiro comboio de não judeus enviados diretamente para Auschwitz, onde chegou a 30 de abril. Louis foi matriculado com o número

185 963, que lhe foi tatuado no braço esquerdo. Ninguém sabe o motivo que levou à deportação destes homens para Auschwitz. Estiveram colocados em duas barracas da secção *Kanada* do campo de Birkenau, muito perto das câmaras de gás do crematório IV. A 12 de maio, Louis Lopes, juntamente com 1560 dos outros prisioneiros, foram metidos num comboio e enviados para a Alemanha em 60 vagões, para o campo de concentração de Buchenwald, onde chegaram a 14 de maio. Foi matriculado com o número 53 879. A 24 de maio, Louis e mais 999 presos do «Comboio dos Tatuados» foram uma vez mais transferidos, desta vez para o Campo de Flossenbürg, internado com o número 9938 e, provavelmente, colocado num *Kommando* de trabalho. Louis sobreviveu ao internamento e regressou a França, onde morreria em 1965.

Outro documento encontrado no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros é uma carta de Abel David Berger dirigida ao cônsul-geral de Portugal em Paris, pedindo desesperadamente a sua intervenção. Abel Berger e a sua esposa estavam internados no Campo de Drancy, França, a partir do qual acabaram por ser deportados, em abril de 1944. Foram ambos enviados para Auschwitz, onde seriam assassinados. Nascido em Lodz, Berger era comerciante de tapetes e judeu. Naturalizou-se português em 1923 e estava inscrito no consulado de Portugal em Nice, mas as autoridades portuguesas não lhe reconheceram a nacionalidade.

No início da II Guerra Mundial, os judeus de ascendência portuguesa, obrigados à diáspora no seguimento da política de conversão forçada de

D. Manuel I e dos massacres de inícios do século XVI, encontravam-se espalhados por vários países da Europa, com particular destaque para a França e a Holanda. As vicissitudes do Império Otomano e o seu conseqüente desaparecimento no rescaldo da I Guerra Mundial levaram à busca de proteção junto da República portuguesa por parte dos judeus levantinos da diáspora ibérica, quer desde 1912, no caso dos de Salónica, quer posteriormente, no caso dos residentes no antigo espaço otomano, em particular em Constantinopla. Ao sabor de trajetórias individuais e/ou familiares ou de determinismos históricos, no período entreguerras regista-se um movimento de migração para França de famílias levantinas, que, com base no registo de inscrição consular no Levante e num certificado provisório de nacionalidade, se matricularam nos consulados portugueses em França e passaram a ser considerados de nacionalidade portuguesa. A passagem legislativa de «sujeito protegido pelo Estado português» ao estatuto de «nacional» foi mantida em suspenso durante a I República. O Estado Novo herdou o imbróglio, adensado pelos cônsules portugueses em França que, confrontados com a documentação emitida pelos consulados levantinos, acabaram, na prática, por inscrever os seus titulares nos registos consulares e lhes conceder passaporte português.

Durante os anos 20, com a queda do Império Otomano, verificou-se uma vaga migratória de judeus levantinos para França. Alguns deles inscreveram-se nos consulados portugueses naquele país com base num título provisório de nacionalidade, conseguindo obter junto dos consulados o passaporte português. Em meados dos anos 30, face ao

aumento das inscrições consulares de judeus levantinos de ascendência portuguesa e à descoberta de um importante tráfico de passaportes, alimentado particularmente pelos cônsules em Atenas e Viena, as diretivas do Ministério dos Negócios Estrangeiros procuraram restringir estas inscrições consulares.

Na prática, a deportação dos judeus portugueses durante a II Guerra Mundial dependeu do grau de manobra que as autoridades portuguesas dispunham a nível local e do empenho pessoal do titular do posto. Em Paris, José Luís Archer e, posteriormente, António Alves desenvolveram uma forte ação no sentido de proteger os judeus portugueses, obtendo, das autoridades de ocupação alemãs, a nomeação de administradores portugueses para a gestão dos seus bens, ou ainda a isenção de ostentação da estrela de David na lapela ou nas cartas de alimentação. A ação de António Alves foi secundada pelo vice-cônsul Carvalho da Silva e apoiada pela Legação em Vichy. Na França não ocupada, também os cônsules em Marselha e Toulouse, e o cônsul honorário em Nice, concederam proteção aos judeus portugueses. Em 1943, estariam inscritos nos postos consulares portugueses entre 250 e 300 judeus portugueses, maioritariamente originários de Salónica e da Turquia, para além dos residentes no Norte de África, também sob proteção portuguesa. A intervenção diplomática portuguesa, a par da proposta alemã de retirada dos judeus portugueses sob pena de deportação, levará à saída, de França, de algumas famílias portuguesas judias em 1943-1944. A atuação a nível local dos diplomatas na defesa dos judeus portugueses contrastou com a

atitude do MNE, incapaz de resolver o dilema entre a desconfiança que lhe suscitava o processo de obtenção de nacionalidade dos levantinos e as obrigações morais relativamente aos seus nacionais.

Isto não impediu, no entanto, a deportação de judeus de nacionalidade portuguesa, como aconteceu a Abel David Berger. Apesar da atuação de alguns diplomatas portugueses, um número indeterminado de judeus de ascendência portuguesa, mas de nacionalidade francesa, foi deportado para campos de extermínio a partir de Drancy, no âmbito da «Solução Final da Questão Judaica». O mesmo aconteceu aos judeus de origem portuguesa da Holanda.

Sam Foyentin nasceu em 1906, em Salónica, no seio de uma família judia. Em 1923, disposto a emigrar para fugir à conscrição militar, adquiriu, no dinâmico mercado dos passaportes, um documento de identidade que o metamorfoseou em cidadão português, nascido no Porto, e lhe forjou uma nova identidade que o acompanhará até ao final da vida. A escolha da nacionalidade portuguesa emana da lei do mercado, sendo os passaportes lusos os menos onerosos. Foi sob identidade portuguesa que Sam Foyentin chegou a França, acabando por se instalar em Paris, e iniciou uma nova vida. Os falsos documentos portugueses impediram-no de se casar com Eugénie Gerson, também ela nascida em Salónica, em 1908, mas não de constituir família. Em 1928, nasceu-lhe o primeiro filho; dois outros se seguiram em 1932 e 1934, perfilhados quando as circunstâncias o permitiram. Em 1941, durante a Ocupação, nasceu Pierre, que contrariamente aos irmãos já não pôde ser reconhecido pelo pai, figurando no registo de nascimento apenas com o nome da mãe.

Os falsos documentos de Sam foram protegendo a família, mas, a 5 de novembro de 1942, os judeus de origem grega foram alvo de uma rusga. Um agente da polícia foi buscar a família a casa e acompanhou-a ao comissariado para um controlo de identidade, onde já se encontrava um grande número de famílias gregas. Face ao passaporte português, e porque o comissário não havia recebido ordem para deter os judeus de nacionalidade portuguesa, Sam Foyentin e as crianças foram reenviados para casa, mas a nacionalidade grega de Eugénie condenou-a à deportação, que teve lugar a 9 de novembro, num transporte que conduziu para Auschwitz um milhar de judeus gregos, 163 dos quais eram crianças. Consciente do perigo que corriam os seus filhos, estes foram postos em segurança e dispersos por vários esconderijos, mas Sam acabou por ser detido a 9 de novembro, denunciado como judeu grego. Durante a prisão, foi pressionado e seviciado para que confessasse o esconderijo das crianças, mas manterá o silêncio. Após um mês entre as mãos da polícia francesa, foi transferido para Drancy a 12 de dezembro de 1943. Inquieto com a vida dos filhos, e para o tranquilizar, uma tia materna enviou-lhe para Drancy uma fotografia de conjunto das quatro crianças. Sam Foyentin será deportado apenas a 18 de julho de 1943, integrado no transporte n.º 58 com destino a Auschwitz. As crianças, que permaneceram escondidas até ao final da guerra, foram miraculosamente salvas da deportação graças ao falso passaporte português de Sam.

4

Nota final

A presente investigação permitiu encontrar ainda centenas de portugueses pertencentes à Legião Estrangeira e outras unidades militares francesas presos nos *Stalag*: os campos para prisioneiros de guerra sem a patente de oficial. Referenciaram-se também vários casos de portugueses apanhados nas ações de recrutamento das brigadas Sauckel e das autoridades locais em França.

Infelizmente, o espaço padrão definido para os livros desta coleção implicou que optássemos apenas pelas situações mais emblemáticas que caracterizam as diversas vertentes do sistema concentracionário do III Reich. Um trabalho futuro e futuras investigações já em curso permitirão completar um quadro que, todavia, nunca será completo.

Fontes

Arolsen Archives (Alemanha).

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa.

Arquivo da PIDE/DGS, ANTT (Portugal).

Division des Archives des Victimes des Conflits Contemporains
(Caen, França).

Service Historique de la Défense, Vincennes.

HENRY, Émile, *A Morte Lenta: Memórias dum Sobrevivente de Buchenwald*, Porto, Editorial Ibérica, 1945.

TEIXEIRA, Fernando, «O Homem que veio do Outro Mundo», in *Diário Popular*, 22 e 23 de novembro de 1945.

Bibliografia

AA. VV., *Auschwitz. Lugar de Memória e Museu*, Zakopane, Krokus Editora, 2007.

AA. VV., *Auschwitz. No hace mucho. No muy lejos* (catálogo de exposição), Madrid, Musealia, Editorial Palacios y Museus, 2017.

AA. VV., *Auschwitz-Birkenau. História e Presente*, Oswiecim, Auschwitz-Birkenau Memorial State Museum, 2015.

AA. VV., *La main d'oeuvre française exploitée par le IIIe Reich*, Caen, Centre de Recherche d'Histoire Quantitative, 2003.

AA. VV., «Portugueses Trabalhadores Forçados na Alemanha Nazi», *Visão História*, n.º 44, 2017.

AA. VV., «Um cascalense em Buchenwald. José Augusto Rodrigues (Cascais, 1921 – Buchenwald, 1944)», *Cascais – Agenda Cultural*, n.º 57, Câmara Municipal de Cascais, julho-agosto 2012, pp. 82-83.

AA. VV., *Topography of Terror*, Berlim, Stiftung Topographie des Terrors, 2010.

AA. VV., *The Mauthausen Concentration Camp (1938-1945)*, Viena, New Academic Press, 2013.

ALMEIDA, D. e RIBEIRO, T., *Deportados Portugueses na II Guerra Mundial. Do internamento em França aos campos de*

- concentração nazis*, (catálogo de exposição), Paredes, Agrupamento de Escolas de Vilela, 2016.
- ALMEIDA, D. e RIBEIRO, T., *Deportados Portugueses na II Guerra Mundial. Do internamento em França aos campos de concentração nazis*, (catálogo de exposição), Paredes, Agrupamento de Escolas de Vilela, 2016.
- ARNAUD, Patrice, *Les STO. Histoire des Français requis en Allemagne nazie, 1942-1945*, Paris, CNRS Éditions, 2014.
- CARVALHO, Patrícia, *Portugueses nos Campos de Concentração Nazis*, Lisboa, Vogais, 2015.
- CARVALHO, P., «Crimes menores levaram portugueses para os campos de concentração nazis», *Público*, 30 de maio de 2021 (<https://www.publico.pt/interactivo/portugueses-campos-concentracao-nomes-rostos>).
- CLÍMACO, Cristina, «L'exil portugais en France (1927-1931): corps en exil, esprit au Portugal», *Cahiers de la Méditerranée*, n.º 82, 2011, pp. 79-88.
- , «L'Invisibilité des internés portugais dans les camps français 1939-1940. Ressortissants espagnols ou 'Internationaux'?», in *Les Portugais et la Guerre d'Espagne – Engagement militant, solidarités, et mémoires*, Paris, Riveneuve, 2020, pp. 258-304.
- , «Portugueses nos campos do sudoeste de França, 1939-1941», *Penélope*, n.º 16, 1995, pp. 25-61.
- DEL RIO, Angel (coord.); TORAN, Rosa; CABILLAS, María; MONTERO, Eduardo, *Memorias de las cenizas Andaluces en los campos nazis*, Sevilha, Aconcagua, 2013.
- DISTEL, Barbara, *The Dachau Concentration Camp, 1933 to 1945*, Dachau, Comité International de Dachau, 2005.
- DUBERNAT, Jean-Guy, *L'Organisation Todt: une organisation allemande au coeur de la collaboration*, Éditions Ouest France, 2014.
- FEYO, José Manuel Barata, *A Sombra dos Heróis. A história desconhecida dos resistentes portugueses que lutaram contra o nazismo*, Lisboa, Clube do Autor, 2019.
- FONTAINE, Thomas, *Déporter: politiques de déportation et répression en France occupée: 1940-1944*, PhD, Paris, Université Panthéon-Sorbonne, 2013. Disponível em: <<http://theses.fr/2013PA010602>>.
- GILBERT, Martin, *The Routledge Atlas of the Holocaust*, London and New York, Routledge, 4.ª ed., 2009.

- GIRAUDIER, Vincent, *Les Bastides de Vichy. Répression politique et internement administratif*, Paris, Tallandier, 2009.
- KLEE, Ernst; DRESSEN, Willi; e RIESS, Volker (eds.), «*The Good Old Days*»: *The Holocaust as Seen by the Perpetrators and Bystanders*, London, Hamish Hamilton, 1991.
- KNIGGE, Volkhard; LÜTTGENAU, Rikola-Gunnar; WAGNER, Jens-Christian (eds.), *Forced Labor: The Germans, the Forced Laborers, and the War*, Weimar, Buchenwald/Mittelbau-Dora Memorials Foundation, 2010.
- MAZOWER, Mark, *O Império de Hitler. O Domínio Nazi na Europa Ocupada*, Lisboa, Edições 70, 2013, pp. 298, 314-315.
- MILGRAM, Avraham, *Salazar, Portugal e os Judeus*, Lisboa, Gradiva, 2010.
- MORSCH, Günter e LEY, Astrid (eds.), *El campo de concentración de Sachsenhausen (1936-1945). Acontecimientos y evolución*, Berlín, Metropol, 2010.
- MUCZNIK, Esther, *Portugueses no Holocausto*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012.
- OLIVEIRA, Humberto, «Portugueses no campo de concentração de Dachau», *Lusíada – História*, Série II, n.º 3, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2006.
- PESCHANSKI, Denis, *La France des camps, l'internement 1938-1946*, Paris, Gallimard, 2002.
- PIMENTEL, Irene; NINHOS, Cláudia, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates, 2013.
- PIMENTEL, Irene, *Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates, 2020.
- REES, Laurence, *Holocausto. Uma Nova História*, Lisboa, Vogais, 2017.
- SCHAEFER, Ansgar; CARVALHO, António; MUÑOZ, António; NINHOS, Cláudia; e CLÍMACO, Cristina, «A economia do III Reich e o trabalho forçado», *Visão História*, n.º 44, 2017, pp. 34 e segs.
- , «Angariação e recrutamento: braços para trabalhar», *Visão História*, n.º 44, pp. 56 e segs.
- , «Prisioneiros de guerra: de soldados a escravos», *Visão História*, n.º 44, pp. 64-67.
- SPINA, Raphaël, *Histoire du STO*, Paris, Perrin, 2017.
- THIERRY, Laurent (coord.), *Le Livre des 9000 déportés de France à Mittelbau-Dora. Camp de concentration et d'extermination par le travail*, Paris, Le Cherche-Midi, 2020.
- WACHSMANN, Nikolaus, *KL – A História dos Campos de Concentração Nazis*, Lisboa, Dom Quixote, 2015.

- WAGNER, Jens-Christian, «Forced Labour in the National-Socialist Era. An Overview», in KNIGGE, Volkhard; LÜTTGENAU, Rikola Gunnar; e WAGNER, Jens-Christian (eds.), *Forced Labour. The Germans, the Forced Labourers, and the War*, Weimar, Buchenwald/Mittelbau-Dora Foundation, 2010, pp. 180-193.
- WEBER, Louis (ed.), *The Holocaust Chronicle. A History in Words and Pictures*, Lincolnwood – Illinois, Publications International, 2000.

Breve nota biográfica dos autores

Fernando Rosas — Professor Catedrático Emérito da Universidade Nova de Lisboa. Investigador do Instituto de História Contemporânea da NOVA-FCSH. Coordenador do projeto de investigação «Portuguese Inmates in Nazi Concentration Camps».

Ansgar Schaefer — Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da NOVA-FCSH. Doutorado em História Contemporânea. O seu trabalho como historiador foca-se principalmente nas relações sociopolíticas entre a Alemanha nazi e Portugal, e no legado colonial português. Correalizou o documentário de longa-metragem *Viagem ao Sol* (2021) e produziu vários filmes premiados internacionalmente, entre os quais *48*, realizado por Susana de Sousa Dias.

António Carvalho — Diretor do Museu Nacional de Arqueologia (desde 2012). Investigador do Instituto de História Contemporânea da NOVA-FCSH. Licenciado em História pela mesma instituição. Pós-Graduado em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde é docente convidado na área da Arqueologia e investigador na UNIARQ — Centro de Arqueologia.

Cláudia Ninhos — Docente na Universidade Lusófona. Investigadora do Instituto de História Contemporânea da NOVA-FCSH. Doutorada em História Contemporânea pela mesma instituição. A sua investigação centra-se nas relações entre o

Estado Novo e o III Reich, e no Holocausto. Desenvolve atualmente um trabalho de investigação sobre a cobertura jornalística do antisemitismo e do Holocausto na imprensa portuguesa. É coautora do livro *Salazar, Portugal e o Holocausto* (Temas e Debates, 2013) e autora do livro *Portugal e os Nazis* (A Esfera dos Livros, 2017).

Cristina Clímaco — *Maître de conférences* na Universidade de Paris 8, Vincennes Saint-Denis. Investigadora do *Laboratoire d'Études Romanes/P8* e investigadora associada do IHC e do CEIS20. Tem trabalho na área do exílio e das migrações no período entreguerras, e das relações luso-francesas. De entre as suas publicações destacam-se *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio, 1927-1936* (Lisboa, Colibri, 2017) e *Les Portugais et la Guerre d'Espagne. Engagement militant, solidarités et mémoires* (Paris, Riveneuve, 2020), que codirigiu.

O Essencial sobre

- 1 **Irene Lisboa**
Paula Morão
- 2 **Antero de Quental**
Ana Maria A. Martins
- 3 **A Formação da Nacionalidade**
Ana Maria A. Martins
- 4 **A Condição Feminina**
Maria Antónia Palla
- 5 **A Cultura Medieval Portuguesa (Sécs. XI e XIV)**
Maria Antónia Palla
- 6 **Os Elementos Fundamentais da Cultura**
Jorge Dias
- 7 **Josefa d'Óbidos**
Vítor Serrão
- 8 **Mário de Sá Carneiro**
Clara Rocha
- 9 **Fernando Pessoa**
Maria José de Lancastre
- 10 **Gil Vicente**
Stephen Reckert
- 11 **O Corso e a Pirataria**
Ana Maria P. Ferreira
- 12 **Os «Bebés-proveta»**
Clara Pinto Correia
- 13 **Carolina Michaëlis de Vasconcelos**
Maria Assunção Pinto Correia
- 14 **O Cancro**
José Conde
- 15 **A Constituição Portuguesa**
Jorge Miranda
- 16 **O Coração**
Fernando de Pádua
(2.ª edição)
- 17 **Cesário Verde**
Joel Serrão
- 18 **Alceu e Safo**
Albano Martins
- 19 **O Romanceiro Tradicional**
J. David Pinto-Correia
- 20 **O Tratado de Windsor**
Luís Adão da Fonseca
- 21 **Os Doze de Inglaterra**
A. de Magalhães Basto
- 22 **Vitorino Nemésio**
David-Mourão Ferreira
- 23 **O Litoral Português**
Ilídio Alves de Araújo
- 24 **Os Provérbios Medievais Portugueses**
José Mattoso
- 25 **A Arquitectura Barroca em Portugal**
Paulo Varela Gomes
- 26 **Eugénio de Andrade**
Luís Miguel Nava
- 27 **Nuno Gonçalves**
Dagoberto Markl
- 28 **Metafísica**
António Marques

- 29 **Cristóvão Colombo e os Portugueses**
Avelino Teixeira da Mota
- 30 **Jorge de Sena**
Jorge Fazenda Lourenço
- 31 **Bartolomeu Dias**
Luís Adão da Fonseca
- 32 **Jaime Cortesão**
José Manuel Garcia
- 33 **José Saramago**
Maria Alzira Seixo
- 34 **André Falcão de Resende**
Américo da Costa Ramalho
- 35 **Drogas e Drogados**
Aureliano da Fonseca
- 36 **Portugal e a Liberdade dos Mares**
Ana Maria Pereira Ferreira
- 37 **A Teoria da Relatividade**
António Brotas
- 38 **Fernando Lopes Graça**
Mário Vieira de Carvalho
- 39 **Ramalho Ortigão**
Maria João L. Ortigão de Oliveira
- 40 **Fidelino de Figueiredo**
A. Soares Amora
- 41 **A História das Matemáticas em Portugal**
J. Tiago de Oliveira
- 42 **Camilo**
João Bigotte Chorão
- 43 **Jaime Batalha Reis**
Maria José Marinho
- 44 **Francisco de Lacerda**
J. Bettencourt da Câmara
- 45 **A Imprensa em Portugal**
João L. de Moraes Rocha
- 46 **Raul Brandão**
A. M. B. Machado Pires
- 47 **Teixeira de Pascoaes**
Maria das Graças Moreira de Sá
- 48 **A Música Portuguesa para Canto e Piano**
José Bettencourt da Câmara
- 49 **Santo António de Lisboa**
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
- 50 **Tomaz de Figueiredo**
João Bigotte Chorão
- 51/ **Eça de Queirós**
- 52 Carlos Reis
- 53 **Guerra Junqueiro**
António Cândido Franco
- 54 **José Régio**
Eugénio Lisboa
- 55 **António Nobre**
José Carlos Seabra Pereira
- 56 **Almeida Garrett**
Ofélia Paiva Monteiro
- 57 **A Música Tradicional Portuguesa**
José Bettencourt da Câmara
- 58 **Saúl Dias/Júlio**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 59 **Delfim Santos**
Maria de Lourdes Sirgado Ganho

- 60 **Fialho de Almeida**
António Cândido Franco
- 61 **Sampaio (Bruno)**
Joaquim Domingues
- 62 **O Cancioneiro Narrativo Tradicional**
Carlos Nogueira
- 63 **Martinho de Mendonça**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 64 **Oliveira Martins**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 65 **Miguel Torga**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 66 **Almada Negreiros**
José-Augusto França
- 67 **Eduardo Lourenço**
Miguel Real
- 68 **D. António Ferreira Gomes**
Arnaldo de Pinho
- 69 **Mouzinho da Silveira**
A. do Carmo Reis
- 70 **O Teatro Luso-Brasileiro**
Duarte Ivo Cruz
- 71 **A Literatura de Cordel Portuguesa**
Carlos Nogueira
- 72 **Sílvio Lima**
Carlos Leone
- 73 **Wenceslau de Moraes**
Ana Paula Laborinho
- 74 **Amadeo de Souza-Cardoso**
José-Augusto França
- 75 **Adolfo Casais Monteiro**
Carlos Leone
- 76 **Jaime Salazar Sampaio**
Duarte Ivo Cruz
- 77 **Estrangeirados no Século XX**
Ana Paula Laborinho
- 78 **Filosofia Política Medieval**
Paulo Ferreira da Cunha
- 79 **Rafael Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França
- 80 **D. João da Câmara**
Luiz Francisco Rebello
- 81 **Francisco de Holanda**
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
- 82 **Filosofia Política Moderna**
Paulo Ferreira da Cunha
- 83 **Agostinho da Silva**
Romana Valente Pinho
- 84 **Filosofia Política da Antiguidade Clássica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 85 **O Romance Histórico**
Rogério Miguel Puga
- 86 **Filosofia Política Liberal e Social**
Paulo Ferreira da Cunha
- 87 **Filosofia Política Romântica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 88 **Fernando Gil**
Paulo Tunhas
- 89 **António de Navarro**
Martim de Gouveia e Sousa

- 90 **Eudoro de Sousa**
Luís Lóia
- 91 **Bernardim Ribeiro**
António Cândido Franco
- 92 **Columbano Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França
- 93 **Averróis**
Catarina Belo
- 94 **António Pedro**
José-Augusto França
- 95 **Sottomayor Cardia**
Carlos Leone
- 96 **Camilo Pessanha**
Paulo Franchetti
- 97 **António José Brandão**
Ana Paula Loureiro de Sousa
- 98 **Democracia**
Carlos Leone
- 99 **A Ópera em Portugal**
Manuel Ivo Cruz
- 100 **A Filosofia Portuguesa (Séculos XIX e XX)**
António Braz Teixeira
- 101/ **O Padre António Vieira**
- 102 Aníbal Pinto de Castro
- 103 **A História da Universidade**
Guilherme Braga da Cruz
- 104 **José Malhoa**
José-Augusto França
- 105 **Silvestre Pinheiro Ferreira**
José Esteves Pereira
- 106 **António Sérgio**
Carlos Leone
- 107 **Vieira de Almeida**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 108 **Crítica Literária Portuguesa (até 1940)**
Carlos Leone
- 109 **Filosofia Política Contemporânea (1887-1939)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 110 **Filosofia Política Contemporânea (desde 1940)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 111 **O Cancioneiro Infantil e Juvenil de Transmissão Oral**
Carlos Nogueira
- 112 **Ritmanálise**
Rodrigo Sobral Cunha
- 113 **Política de Língua**
Paulo Feytor Pinto
- 114 **O Tema da Índia no Teatro Português**
Duarte Ivo Cruz
- 115 **A I República e a Constituição de 1911**
Paulo Ferreira da Cunha
- 116 **O Capital Social**
Jorge Almeida
- 117 **O Fim do Império Soviético**
José Milhazes
- 118 **Álvaro Siza Vieira**
Margarida Cunha Belém
- 119 **Eduardo Souto Moura**
Margarida Cunha Belém
- 120 **William Shakespeare**
Mário Avelar

- 121 **Cooperativas**
Rui Namorado
- 122 **Marcel Proust**
António Mega Ferreira
- 123 **Albert Camus**
António Mega Ferreira
- 124 **Walt Whitman**
Mário Avelar
- 125 **Charles Chaplin**
José-Augusto França
- 126 **Dom Quixote**
António Mega Ferreira
- 127 **Michel de Montaigne**
Clara Rocha
- 128 **Leonardo Coimbra**
Ana Catarina Milhazes
- 129 **Pablo Picasso**
José-Augusto França
- 130 **O Diário da República**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 131 **Vergílio Ferreira**
Helder Godinho
- 132 **A Companhia Nacional
de Bailado**
Mónica Guerreiro
- 133 **Os Ballets Russes em Lisboa**
Maria João Castro
- 134 **Dante Alighieri**
António Mega Ferreira
- 135 **O Teatro de Henrique
Lopes de Mendonça**
Duarte Ivo Cruz
- 136 **Mário Cláudio**
Martinho Soares
- 137 **Viana da Mota**
Bruno Caseirão
- 138 **A Língua Portuguesa
como Ativo Global**
Luís Reto, Nuno Crespo,
Rita Espanha, José Esperança
e Fábio Valentim
- 139 **Teolinda Gersão**
Luís Manuel Marques Martins
- 140 **Os Salvadores Portugueses**
Margarida de Magalhães
Ramalho.
- 141 **Aristides de Sousa Mendes**
Cláudia Ninhos

O livro **O ESSENCIAL SOBRE
OS PORTUGUESES
NO SISTEMA CONCENTRACIONÁRIO
DO III REICH**
é uma edição da
IMPRESA NACIONAL
tem como autores
**FERNANDO ROSAS (COORDENAÇÃO), ANSGAR SCHAEFER,
ANTÓNIO CARVALHO, CLÁUDIA NINHOS
E CRISTINA CLÍMACO**
design e capa do ateliê
SILVADESIGNERS
revisão da
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA
e paginação de
PAULO BARATA.
Tem o ISBN **978-972-27-3060-0**
e o depósito legal **502 572/22**
Primeira edição **JUNHO** de **DOIS MIL E VINTE E UM.**
A segunda edição revista
acabou de ser impressa no mês de **AGOSTO**
do ano de **DOIS MIL E VINTE E DOIS.**
CÓD. 1025771

Imprensa Nacional
é a marca editorial da **INCM**
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa
impresanacional.pt
loja.incm.pt
facebook.com/ImprensaNacional
instagram.com/impresanacional.pt
editorial.apoiocliente@incm.pt

Créditos de imagem

TODAS AS FOTOGRAFIAS FORAM CAPTADAS PELOS AUTORES.

O E S S E N C I A L S O B R E

Os Portugueses no Sistema Concentracionario do III Reich

Fernando Rosas (coordenação),
Ansgar Schaefer, António Carvalho,
Cláudia Ninhos e Cristina Clímaco

Durante a II Guerra Mundial, apesar de Portugal ter permanecido neutro, os portugueses não ficaram incólumes às suas dramáticas consequências.

Várias centenas foram deportados para os campos de concentração ou para as prisões do regime nacional-socialista; internados em campos de prisioneiros de guerra ou forçados a trabalhar para os alemães, quer no interior do Reich, quer nos territórios ocupados. Deportados, sobretudo a partir de França, a história de vida de cada um destes portugueses reflete uma multiplicidade de percursos no sistema concentracionário do III Reich. A sua memória permaneceu esquecida até ter sido recentemente resgatada pela investigação realizada em arquivos portugueses, franceses e alemães. Neste livro, devidamente contextualizadas, são dadas a conhecer breves biografias de alguns dos homens e mulheres identificados pela equipa.

ISBN 978-972-27-2949-9



9 789722 729499

em memória



NUNCA ESQUECER
NACIONAL

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO